



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

RODOLFO IGLEZIA PALMIERI

**AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO:
“PIPOS”, SUJEIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO**

Londrina
2020

RODOLFO IGLEZIA PALMIERI

**AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO:
“PIPOS”, SUJEIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL, Turma 2018/1, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro.

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Palmieri, Rodolfo Iglezia.

As práticas discursivas no sistema prisional brasileiro: \ "pipos\ ", sujeição e argumentação / Rodolfo Iglezia Palmieri. - Londrina, 2020.
117 f. : il.

Orientador: Isabel Cristina Cordeiro.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Formações Ideológicas; - Tese. 2. Formações Discursivas; - Tese. 3. Ethos; - Tese. 4. Argumentação. - Tese. I. Cordeiro, Isabel Cristina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

RODOLFO IGLEZIA PALMIERI

**AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO:
“PIPOS”, SUJEIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL, Turma 2018/1, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Isabel Cristina Cordeiro
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Rosemeri P. B. Machado.
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 06 de maio de 2020.

Dedico essa dissertação a Ela... K. C. B.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha banca por toda preocupação para evolução do trabalho, apontamentos plausíveis e pela dedicação temporal e profissional.

Agradeço, em especial, a **Rosemeri Passos Baltazar Machado** por me acompanhar por tantos anos, como orientadora e agora como banca para que meu trabalho ficasse cada vez melhor. Agradeço por todo respaldo, pela dedicação e pela preocupação, não só acadêmica e profissional, mas, principalmente, pessoal. Todas as conversas, conselhos e “puxões de orelha” foram essenciais para que eu me transformasse no que sou hoje.

Agradeço a minha orientadora, **Isabel Cristina Cordeiro**, que aceitou o desafio de me orientar e de superarmos juntos a produção de um trabalho misto em teoria. Agradeço por ser uma das pessoas que se preocuparam comigo além do meio acadêmico e, com certeza, essa dedicação foi indispensável para que a conclusão deste trabalho fosse possível.

Agradeço aos meus familiares que, de forma direta ou indireta, contribuíram com todo apoio possível para produção desta dissertação. Porém agradeço em especial a minha irmã, **Rafaela Igreja Maulaz**, que, durante todo processo, preocupou-se e ajudou-me a superar os desafios inesperados, que sempre esteve presente e acreditando em minha capacidade, mesmo quando eu não a enxergava.

Agradeço a minha psicóloga, **Patrícia Oliveira**, que, de forma sincronizada, orientou-me e possibilitou que “meus pés permanecessem no chão”, dando conselhos e fazendo provocações.

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta participaram do processo de construção deste trabalho.

Por último e não menos importante, agradeço a uma pessoa que, infelizmente, não está mais presente de corpo comigo, mas que, com certeza, é a principal razão da iniciação e conclusão deste trabalho. Sem ela, esses dois anos seriam insuportáveis. Agradeço a minha eterna parceira, **Kamilla Cristti Broietti**, por tudo que possibilitou a mim em vida e que ainda possibilita em memória.

É isto, aliás, a ideologia para o analista de discurso: estando os sujeitos condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas, daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro (ORLANDI, 2007, p. 96).

PALMIERI, Rodolfo Iglezia. **As práticas discursivas no sistema prisional brasileiro**: “pipos”, sujeição e argumentação. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é abordar um dos gêneros existentes na sociedade, em específico, o gênero “pipo”, que possui como peculiaridade o contexto no qual é produzido – o sistema penitenciário brasileiro – de forma a salientarmos a importância de tal corpus para comunicação nesse ambiente e como a autonomia discursiva é inevitável, já que várias posições-sujeito são assumidas por seus produtores. Os objetivos a serem abordados são: a) compreender as condições de sujeitos que passam a integrar uma sociedade distinta da hegemônica, a qual eles não estão aptos a frequentarem enquanto não forem ressocializados; b) apreender a importância da comunicação entre sujeitos encarcerados para socialização; c) refletir a respeito da condição de produção em que se encontram e a necessidade de adaptação vocabular de acordo com o interlocutor; d) refletir sobre a relação de poder-saber existente dentro de uma penitenciária do Norte do Paraná de forma a perceber o protagonismo exercido pelos apenados por meio da adequação vocabular; e) refletir sobre os atravessamentos sócio-históricos que constituem os sujeitos detentos e as vozes que perpassam o ambiente penitenciário; f) demonstrar a importância das formações discursivas para sobrevivência/argumentação dentro de tal sociedade, a apenada. Para a efetivação da análise, utilizamos quatro corpora distintos, sendo dois direcionados aos próprios detentos e outros dois a funcionários concursados constituintes dos setores da penitenciária. Analisamos, nos “pipos”, a alternância vocabular, o ethos “demonstrado”, os atravessamentos dos sujeitos e as possibilidades argumentativas presentes a partir das condições de produção em que estão sujeitos. Esta pesquisa possui caráter qualitativo, já que nos pautamos em relações de sentido que se alteram de acordo com a situação comunicativa/condição de produção em que o corpus é produzido. O acesso aos “pipos” se deu pela atuação do professor-pesquisador na penitenciária no projeto de remição da pena através da leitura. Devido à rigorosidade do sistema prisional, foi solicitada uma autorização para trabalharmos tal corpus, a qual foi concedida pelo diretor da penitenciária e está em anexo neste trabalho. Para tanto, delimitamos para fundamentação teórica a Análise do Discurso de linha francesa e a Semântica Argumentativa. Dentro de tais vertentes, alguns autores centralizam nossa atenção: Foucault (1971; 1985; 1997; 2003; 2013); Althusser (1980); Brandão (2003; 2004); Charaudeau (2014); Maingueneau (1997; 1998; 2000; 2006; 2007; 2008; 2014); Orlandi (1992; 1997; 2007; 2008; 2001; 2012); Preti (2016); Amossy (2018) van Dijk (2017), Marcuschi (2008; 2009), entre outros.

Palavras-chave: Formações ideológicas. Formações discursivas. Ethos. Argumentação.

PALMIERI, Rodolfo Iglezia. **The discursive practices in the Brazilian prison system: “pipos”, subjection and argumentation.** 2020. 117 p. Dissertation (Master’s degree in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to approach one of the existent genders in society, specifically the gender “pipo” that has as peculiarity the context in which it is produced – the Brazilian prison system – in order to highlight the importance of such corpus to the communication in this environment and how the discursive autonomy is inevitable since several subject positions are assumed by their producers. The topics being approached are: a) understand the conditions of subjects who become part of a society distinct from the hegemonic one, which they are not able to attend until they are re-socialized; b) learn the importance of communication among inmate subjects for socialization; c) reflect up the condition of production in which they find themselves and the need for vocabulary adaptation according to the interlocutor; d) reflect on the relationship of power-knowledge existente inside a penitentiary in Northern Paraná in order to perceive the protagonism exercised by the inmates through vocabulary adequacy; e) reflect on the socio-historical crossings that constitute the detainees and the voices that permeate the prison environment; g) demonstrate the importance of discursive formations for survival / argumentation within such society, the convicted one. In order to carry out the analysis, we used four distinct corpora, two of which were directed at the detainees themselves and the other two at public employees who were part of the penitentiary sectors. In the “pipos”, we analyzed the vocabulary alternation, the “demonstrated” ethos, the subjects' crossings and the argumentative possibilities present from the production conditions in which they are subject. This research has a qualitative character, since we are guided by relations of meaning that change according to the communicative situation / production condition in which the corpus is produced. The access to the “pipos” was given by the professor-researcher in the penitentiary in the project of remission of the penalty through reading. Due to the strictness of the prison system, an authorization was requested to work on this corpus, which was granted by the director of the penitentiary and is attached to this work. For that, we delimited the theoretical analysis of the Discourse Analysis of French line and the Argumentative Semantics. Within these strands, some authors focus our attention: Foucault (1971; 1985; 1997; 2003; 2013); Althusser (1980); Brandão (2003; 2004); Charaudeau (2014); Maingueneau (1997; 1998; 2000; 2006; 2007; 2008; 2014); Orlandi (1992; 1997; 2007; 2008; 2001; 2012); Preti (2016); Amossy (2018) van Dijk (2017), Marcuschi (2008; 2009), among others.

Keywords: Ideological formations. Discursive formations. Ethos. Argumentation.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	CAPÍTULO I: SISTEMA PRISIONAL: UM BREVE HISTÓRICO	18
2	CAPÍTULO II: GÊNERO “PIPO”	29
3	CAPÍTULO III: AS TRÊS FASES DA AD	36
3.1	DISCURSO	39
3.2	IDEOLOGIA E SUJEITO	41
3.3	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	49
3.4	DO “SILÊNCIO” AOS “PIPOS”	60
4	CAPÍTULO IV: ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO	64
4.1	ETHOS E ARGUMENTAÇÃO	66
5	CAPÍTULO V: ANÁLISE DOS CORPORA	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	106
	ANEXOS	114
	ANEXO I	114
	ANEXO II	117

Introdução

Investigamos as práticas de escrita exercidas por sujeitos – detentos de uma penitenciária do norte do Paraná – participantes do Projeto de Remição¹ da pena através da leitura aprovado pela Lei Estadual nº 17.329 de 08 de outubro de 2012 (ANEXO I), cujas aulas foram ministradas pelo professor-pesquisador.

Para a comunicação, os detentos utilizam um “modelo de bilhete”, os “pipos”, produções escritas utilizadas pelos detentos na penitenciária, sendo esse um dos principais gêneros para comunicação nesse contexto. O nome “pipo” possui um sentido histórico, já que deriva do brinquedo infantil “pipa”, pois elas eram usadas para entregar recados aos detentos, sendo derrubadas nos pátios, contendo mensagens.

A comunicação oral se dá com os integrantes da cela, ou no momento do pátio de sol, pois, quando em situações distintas, os funcionários impõem que os detentos não se comuniquem, para que troca de informações que prejudiquem a ordem do estabelecimento não seja possível, como rebeliões, dados pessoais de funcionários etc.

O contato com o *corpus* foi possível a partir da atuação do professor-pesquisador como estagiário do projeto de remição da pena por meio da leitura. Tal professor teve contato com os “pipos” desde seu adentramento na penitenciária, por ser um meio muito comum de comunicação nesse ambiente. Com o dia a dia, o professor passou a desenvolver mais o projeto, assim o contato com os detentos e os “pipos” aumentou gradativamente, a ponto de receber “pipos” direcionados a ele e não com nome dos setores, como “Setor escola” (denominação comum quando os detentos não sabem o nome do funcionário a ser encaminhado o “pipo” ou quando não importa o funcionário,

¹ Remição (do verbo “remir”): “1 Ação ou efeito de remir(-se). 2 Libertação, resgate” (BECHARA, 2011, p. 1001).

Remissão (do verbo “remitir”): “1 Ação ou efeito de remitir(-se). 2 Paga, compensação. 3 Perdão, indulgência. 4 Perdão de ônus, dívida ou pecado. 5 Ação de remeter, mandar a determinado ponto, ou de aludir a” (BECHARA, 2011, p. 1001).

Para que não haja conflitos de significação, é importante ressaltarmos que, apesar de ser muito usado o termo “remissão”, na lei e no projeto de leitura, usa-se a palavra “remição”, pois um dos objetivos do projeto é possibilitar que seus participantes sejam “regatados” pela literatura, de forma a refletirem sobre o ambiente social e, assim, a ressocialização, objetivo do sistema prisional, possuir mais um aliado nessa busca, “a literatura como libertação”.

mas que o pedido seja atendido), tornando-o como um dos interlocutores com o qual os detentos necessitavam assumir posições distintas para se comunicarem.

Sendo assim, cada setor e cada integrante dele tem acesso apenas aos “pipos” destinados a ele, o que fez que o contato que o professor possuía com o corpus fosse limitado apenas aos encaminhados à escola, ou seja, não tinha acesso aos “pipos” destinados a outros setores². O contato com os “pipos” de outros setores foi possível com a convivência diária com os funcionários, o que motivou o interesse pelo gênero e pela pesquisa, ocasionando o pedido de autorização formal ao diretor da penitenciária para que pudesse utilizar-se de tal gênero como *corpus* de pesquisa. A autorização (ANEXO II) foi concedida e, a partir dessa conquista, o trabalho de pesquisa foi iniciado sem restrições, porque respeitava todos os direitos dos produtores, não expondo seres humanos, mas apenas seus discursos escritos.

Esse gênero pouco estudado, assim como a maioria, alterna a linguagem conforme o interlocutor. Se encaminhado a um advogado, a linguagem aproxima-se ao máximo possível da formal, mesmo que contenha vários erros gramaticais, se encaminhado a outro detento, a linguagem é informal, cheia de gírias e não ditos. Não é apenas a composição, alteração linguística do “pipo” que faz que ele seja o *corpus* deste trabalho, mas também a alternância de condições de produção assumidas por um mesmo sujeito para a produção desse gênero, pois é por meio das condições de produção e discursos produzidos que os apenados assumem a função de sujeitos e posicionam-se frente a seus interlocutores.

É a partir da apropriação dos discursos dominantes na penitenciária, discursos dos funcionários com ensino médio completo e graduados, da linguagem formal, que o detento adquire possibilidade de argumentação dentro do sistema prisional, moldando seus discursos a partir dos influenciadores históricos e sociais momentâneos (formação discursiva, condição de produção, memória discursiva etc.). Assim, os discursos dos grupos marginalizados mantêm-se em relações de constante interpenetração e contaminação com os modelos de discursos dominantes. Reforçando essa ideia,

² As penitenciárias são compostas por vários setores que ajudam na organização e funcionalidade do estabelecimento, de forma a dar suporte e tirar dúvidas dos detentos, dos funcionários e das famílias. Como exemplo temos os Recursos Humanos, a Manutenção, a Enfermaria, a Segurança, a Assistência Social, o Almoarifado, entre outros.

citamos Marcuschi (2009, p. 70) para quem o sujeito é “produto de uma clivagem da relação entre linguagem e história”.

O referido projeto de remição pela leitura foi instituído pela Lei nº 17.329 do Estado do Paraná, respaldada na Lei Federal 12.433, com regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e colocado em prática na Penitenciária em questão em uma parceria da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos com uma Universidade do Paraná através do Programa para o Desenvolvimento Integrado (PDI Cidadania).

O estudo da linguagem envolve o estudo da história e da vida. Há vários conceitos de linguagem, porém a linguagem deve ser primeiramente vista como meio de interação, afinal é a partir dela que os sujeitos são constituídos e, por meio dessa constituição, comunicam-se, transmitem informações, as quais devem ser vistas também como conhecimentos passados de um sujeito para outro, e assim continuamente.

A linguagem é prática social, conforme aborda Bakhtin (1986, p. 127), ao dizer que a língua é constituída como “um processo de evolução ininterrupto, constituído pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação”. Dessa forma, percebemos que as práticas sociais acontecem dentro de sociedades, as quais são “compostas de instituições pluralistas e privadas, tais como a igreja, a escola, a universidade, os jornais, etc. e que funcionam como produtoras, formadoras e reprodutoras de hegemonia [...]” (MOTTA, 2008, p. 03), sendo assim constituem as concepções de mundo que prevalecem na sociedade, os valores a serem ensinados, porém também abrangem espaços para formação de contra-hegemonias, de forma a estipular novas concepções éticas, culturais e políticas, as quais são responsáveis por mudanças sociohistóricas pelos sujeitos que as constituem.

Com isso, para estudar a linguagem (vista aqui como “objeto” de estudo da Análise do Discurso e da Semântica Argumentativa), foi primordial a abordagem de conceitos específicos como Formação Ideológica e Formação Discursiva, uma vez que os sujeitos são constituídos por ambos os processos.

A Formação Ideológica, segundo Pêcheux (2008), baseia-se na estrutura que constitui o sujeito socialmente, ou seja, o sujeito é determinado pela sociedade em que

vive, pelos seus estereótipos, culturas, o que é certo e errado, enfim como ele é formado. Já a Formação Discursiva, segundo Pêcheux (2008), baseia-se nas experiências adquiridas/conquistadas/aprendidas pelos sujeitos, conforme eles conhecem novos contextos, ou seja, são os conhecimentos que várias experiências distintas possibilitam ao sujeito que as vive.

Utilizamos, como aporte teórico, a Análise do Discurso, de linha francesa, que, segundo Silveira (1994), mantém preferência pelas noções de sujeito e de interdiscursividade em seus estudos e, ainda, aborda conceitos materializados em história e ideologia.

Para Maingueneau (2007, p. 19),

O interesse que governa a análise do discurso seria o de apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, o que significa dizer que seu objeto não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une por intermédio de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo pertence simultaneamente ao verbal e ao institucional: pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam, ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso.

O que torna o *corpus*, assim como qualquer discurso, fonte de representação social e histórica em seu funcionamento, exalando ideologias e significações quando os discursos são produzidos, além de demonstrar as adequações linguísticas feitas por meio das condições de produção percebidas no momento discursivo.

Ainda utilizamos o aporte teórico da Semântica Argumentativa, já que aborda os textos como mutáveis, pois se alteram conforme a situação. Ressaltamos que os objetos de discurso que compõem os textos são “altamente dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente transformados, reconstruídos, recategorizados no curso da progressão textual” (KOCH, 2017, p. 83).

Os estudos de Análise do Discurso concebem as práticas discursivas situadas em contextos socioculturais perpassados por relações de poder, ocupando posições desiguais, cuja mobilidade acha-se estreitamente vinculada à alternância nos usos de tais práticas, de modo que o acesso e a apropriação de modelos de discursos

dominantes trazem mais significados às práticas com a escrita, bem como implicações de ascensão a posições de maior poder e de aquisição para condições argumentativas.

Neste trabalho, pensamos não só no aspecto da escrita e nas consequências que o domínio ou não dela apresenta em nossa sociedade, mas, principalmente, nas relações discursivas, nos efeitos de sentido e na constituição de sujeitos que se encontram sem liberdade, já que são formados de várias formas dentro do sistema prisional, local no qual há jogo político e econômico que estipula sob o corpo do detento

relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas e nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física” (FOUCAULT, 2013, p. 29).

Pensamos também a relação de poder estabelecida dentro da penitenciária, a questão de que é habitada por sujeitos detentos que interagem com um discurso dominante, o discurso dos funcionários concursados, o qual precisam apreender para se comunicarem. Sendo assim, essa exposição ao discurso hegemônico causa/influencia a formação discursiva de cada apenado que compõe essa sociedade/penitenciária. Não salientamos como assujeitado apenas os detentos, mas todos os seres constituintes do ambiente abordado, afinal todos são “atravessados” e “influenciados” por discursos pelos quais estão “expostos” no dia a dia.

A pesquisa seguiu uma linha qualitativa e interpretativa, tomando como principal objeto bibliográfico os estudos de autores como Bakhtin (1986; 2000; 2006), Maingueneau (1997; 1998; 2000; 2006; 2007; 2008; 2014); Orlandi (1992; 1997; 2007; 2008; 2001; 2012), Foucault (1971; 1985; 1997; 2003; 2013), Amossy (2018), van Dijk (2017), Marcuschi (2008; 2009), entre outros. Para isso, o levantamento do conceito de Discurso é inevitável – seguindo a perspectiva teórica da Análise do Discurso, de orientação francesa (doravante AD) e da Semântica Argumentativa – de modo geral, do discurso relacionado à esfera jurídica e, como define Preti (2002) em um de seus

trabalhos, do vocabulário gírio, o qual é composto por palavras, expressões, formas de comunicação específicas que não são ligadas às palavras usuais de uma língua, mas criadas por um grupo “fechado” para comunicação e entendimento interno.

O termo *etnografia* deve ser aqui visto como uma pesquisa que apresenta e traduz a prática da observação, da descrição e da análise das dinâmicas interativas e comunicativas das comunidades estudadas, pois é uma pesquisa de cunho etnográfico baseada nos pressupostos teórico-metodológicos dos autores já citados. Devido a isso, a prioridade do estudo estará nas diferentes posições assumidas para comunicação utilizadas pelos sujeitos detentos, nas adaptações que fazem para poderem se comunicar com os variados setores que compõem a penitenciária e com os detentos, ou seja, a análise de códigos, de escritos distintos que possuem objetivos diferentes. Afinal, esses “aspectos vão exigir dos falantes e escritores que se preocupem em articular conjuntamente seus textos ou então que tenham em mente seus interlocutores quando escrevem” (MARCUSCHI, 2009, p. 77).

Capítulo I

Se não é mais o corpo ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos – daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou – é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atenua, profundamente, dobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (FOUCAULT, 2013, p. 21).

I. Sistema prisional: um breve histórico

A luta entre classes sempre foi evidente. Ressaltamos que a luta de classes aqui não deve ser vista como abordada por Marx, a qual uma classe possuinte de capital mantém o poder, nem como pensada a Ideologia por Pecheux (1990), que aborda uma ideologia dominante palpada nos pressupostos de classe de Marx (1998). Porém, devemos ver a luta de classes como salienta Foucault (2008) em sua formação ideológica, que ressalta que o jogo de poder não está apenas no poder aquisitivo, mas em todo contexto, sendo financeiro ou não, ou seja, qualquer momento e interação são marcados por jogos de poderes, independentemente da capacidade financeira e patamar social ao qual as pessoas pertençam. Afinal, a sociedade sempre foi constituída por jogos de poderes que estipulam o que se pode, como se pode e o que se deve fazer.

Interessante ressaltar que, na constituição social, há várias formas de poderes, e tudo isso ocasiona a maior parte dos conflitos, pois as sociedades são contraditórias em direitos e crenças, mas são as crenças principalmente que fazem as pessoas lutarem por seus ideais, pelas ideias que possuem de poder dominante.

Com o passar do tempo, o poder dominante passou a ser questionado por várias atitudes, tanto em relação religiosa quanto a regras estatais; isso fez que lutas fossem travadas para combater tal poder, porém a sociedade é composta por jogos de poderes, os quais sempre a dominarão, não importa se uma ideologia é alterada ou não. Sendo assim, é evidente que, muitos anos antes do “descobrimento” do Brasil, as leis já limitavam os indivíduos, “obrigando-os” a atuarem de determinadas formas, privando-os de ações e, caso as regras não fossem obedecidas, as punições eram acarretadas, afinal, o poder é sócio-histórico, não importa quem esteja à frente, a sociedade sempre será dominada³.

Focando no Brasil, abordamos que a relação de poder ficou mais evidente a partir de 1500, ano do “descobrimento do Brasil”, pois foi nesse momento que outros

³ ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. Português brasileiro: *uma viagem diacrônica*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SILVA, Rosa Virginia Mattos de. O português são dois: *novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

povos, principalmente os portugueses, iniciaram o processo de dominação dos índios de várias formas: pela barganha; pela língua e pela força. Sendo assim, nada mais justo que iniciar nossa abordagem por esse momento histórico que relata o início do processo de demonstração de poder.

A Carta de Pero Vaz de Caminha relata o primeiro contato dos portugueses com os sujeitos que viviam no Brasil. O autor dedica-se a anotar tudo que vê e acha importante em sua carta. Por vezes cita a diferença entre os portugueses e os índios, mas nota também a diferença entre os próprios indígenas, ressalta que “andavam lá outros, quartejados de cores, a saber metade dele da sua própria cor, e metade de tintura preta, um tanto azulada; e outros quatejados d’escaques” (CAMINHA, 1963, p.03). Porém não dá atenção apenas à descrição dos homens, como também das mulheres, principalmente nos corpos, tanto que descreve que as índias andavam com “suas vergonhas, tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de nós a muito bem olharmos, não se envergonhavam” (CAMINHA, 1963, p. 03).

Mesmo com o estranhamento dos lusitanos ao encontrarem um novo povo e a dificuldade comunicativa por possuírem idiomas diferentes, a comunicação entre portugueses e índios ocorreu através de mímicas e objetos, já que havia a necessidade de interação entre os povos, uma vez que aquela situação era atípica e várias dúvidas precisavam ser sanadas. Apesar da comunicação ocorrer entre os dois povos, Caminha afirma que os índios demonstraram mais afeto “como se fossem mais amigos nossos do que nós seus” (CAMINHA, 1963, p. 07) e foi justamente essa interação que possibilitou o processo de confiança entre eles. Como salienta o próprio escritor

Tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo do rio, e meteram-se entre eles. E alguns aguardavam; e outros se afastavam. Com tudo, a coisa era de maneira que todos andavam misturados. Eles davam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer coisa que lhes davam (CAMINHA, 1963, p. 05).

A proximidade e a experiência de troca de pertences entre os seres foi de extrema importância para concretizar a relação deles, porém, enquanto os índios se desfaziam de objetos como arcos e setas, recebiam carapuças, camisas, peças de roupa. Isso tem total relevância, já que o primeiro índio a subir no navio ganhou de

presente uma camisa do Capitão. Quando retornou ao navio, após ser presenteado, já vestia a camisa, presente dado como forma de amansá-lo e tratá-lo de forma mais hospitaleira.

Toda essa ação dos indígenas é referente à inocência e à vulnerabilidade que apresentavam frente a todos os atos dos portugueses, pois tudo que eles faziam era imitado pelos índios. Tal fato ficou mais claro, quando ocorreu a primeira missa em solo brasileiro, como relatou Caminha:

E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção (1963, p. 08).

Tais ações de imitação possibilitaram aos portugueses perceberem o quão os índios eram submissos a eles e que não havia crença aparente que se apegassem, de forma que a ideia de batizá-los na fé cristã, na crença de Portugal, surgiu e se “Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza” (CAMINHA, 1963, p. 08).

Nessa época, no Brasil, já havia cerca de quatro bilhões de índios, os quais tinham seus próprios costumes, eram muito bem organizados, tinham sua cultura, crenças, hábitos, ou seja, já possuíam organização própria. Devido a tais afirmações, deduzimos que a relação de poder existia entre os indígenas antes dos portugueses chegarem, uma vez que “Andava lá um que falava muito aos outros, que se afastassem. Mas não já que a mim me parecesse que lhe tinham respeito ou medo” (CAMINHA, 1963, p. 04).

Dentro da sociedade indígena, as relações de poder eram estabelecidas por um “chefe da tribo” – Cacique – o que demonstra relação de hierarquia, porém a organização social era diferente da portuguesa, uma vez que o Cacique era uma pessoa a ser ouvida pelos integrantes, dava conselhos e comandava a tribo, contudo, se suas decisões não agradassem a maioria, o Cacique era deixado pela tribo para que

seguisse sozinho a decisão tomada, provando que os indígenas não seguiam a ideia de um, como Portugal, mas a ideia da maioria para o bem coletivo.

Portanto, a tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. O que significa isso? Simplesmente que o chefe não dispõe de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar uma ordem (CLASTRES, 1974, p. 16).

A sociedade indígena é considerada primitiva por Clastres (1974), uma vez que ele aborda que uma sociedade sem rei, sem lei e sem fé assim deve ser considerada. Ressaltamos que o povo indígena não possuía um ser detentor de poder, apenas um Cacique encarregado por aconselhar seu povo a partir das experiências já obtidas na vida.

Uma sociedade deixa de ser primitiva quando passa a possuir os três tópicos citados por Clastres (1974) – rei; lei; fé. Dessa forma, o povo indígena deixa de fazer parte de uma sociedade primitiva a partir do momento que é dominado pelo Estado português, pois é o Estado que possibilita que o poder seja dado a uma classe dominante e assim “criando” uma classe dominada, a partir das leis de um detentor do poder social – rei, imperador, faraó, entre outros.

Somente uma convulsão estrutural, abissal pode transformar, destruindo-a como tal, a sociedade primitiva: aquilo que fez surgir em seu seio, ou do exterior, aquilo cuja ausência mesma define essa sociedade, a autoridade da hierarquia, a relação de poder, a dominação dos homens, o Estado (CLASTRES, 1974, p. 14).

Além disso, a relação de hierarquia dos portugueses era diferente da relação de poder dos indígenas. Os portugueses possuíam um rei que tinha o poder de tomar qualquer decisão referente às classes dominadas – livre arbítrio – sem se preocupar com a agradabilidade e aceitação da população. Assim, o rei era visto como fonte maior de poder, o que tornava suas decisões respeitadas pelo povo, pois, se não respeitadas, punições eram aplicadas com acusações de desrespeito/desobediência às leis instauradas por ele em tal sociedade. No caso dos portugueses, o rei administrava todo seu império em consonância com as regras da igreja, pois eram esses dois poderes que decidiam quais atos poderiam ser praticados pelos cidadãos, decidiam os atos e

até pensamentos que os corromperiam e os que poderiam levá-los para mais próximo do céu, de Deus.

Devido aos acontecidos, quando os portugueses chegaram, os relatos de Caminha e o cotidiano vivido no Brasil, ficou claro que os índios eram “submissos” aos lusitanos e foi por esse motivo que a tomada de decisão de dominação surgiu, mas, ao invés de usarem a força, inicialmente, decidiram usar os jesuítas como professores.

O contato dos padres com os índios era um grande desafio, já que a diferença linguística era enorme, contudo eles começaram a estudar a língua Guarani para possibilitar a comunicação, interação, entendimento de cultura, entre outras informações que possibilitariam melhor domínio e entendimento daqueles sujeitos. Foi a partir dessa interação que o Estado foi se inserindo na sociedade indígena, a partir dos ensinamentos que uma “nova” cultura, aos poucos, foi se formando/impondo.

Entre os vários jesuítas desse momento, um de destaque foi padre José de Anchieta, pois a ação de dominação linguística foi iniciada por sua obra *Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, constituída por uma mistura da língua portuguesa com a indígena (SILVA, 2004)), e, devido a isso, algumas línguas indígenas desapareceram. O desaparecimento não foi de uma hora para outra, foi gradual e pelo surgimento de uma nova língua, a língua referente à gramática de Anchieta, denominada Tupi ou Jesuítico. Logo, com o surgimento dessa nova língua mesclada, outras foram sendo substituídas.

Em proveito de um tupi que veio a ser instrumento de difusão da fé e do império e levou para a morte culturas e línguas indígenas, uma vez que sua *Gramática* se tornou essencial para a catequese indígena e manual de ensino de uma língua que poderíamos considerar até certo ponto artificial para populações de indígenas aloglotas, dominados e aldeados pelo poder leigo e sagrado e que descaracterizaram culturalmente (SILVA, 2004, p. 50).

Apesar de haver vários povos tentando ser colonizadores do Brasil e agindo de forma que “não hesitaram em forçar os índios a trabalhar como animais de carga, em roubar suas terras e em matar todos os que se rebelassem contra o domínio dos brancos (SCHMIDT, 2005, p. 147), a nação que conseguiu maior sucesso foi portuguesa, pois usaram os jesuítas como “arma” de quebra de cultura, porque eram

responsáveis por retirar, aos poucos e de forma imperceptível aos índios, os costumes e cultura dos indígenas por meio da catequese, a qual era aplicada por meio de músicas e teatro como comunicação inicialmente, assim promovendo o processo de aculturação, focando no modo de viver de Portugal, estipulando/normalizando a cultura do povo dominante. Assim, foi por meio da interação que os jesuítas ensinavam os índios a se comportarem como eles (costumes, cultura e idioma), e, caso alguma tribo se recusasse a aceitar algum jesuíta, era dominada à força e seus integrantes escravizados.

Devido ao medo de Portugal de perder área do solo brasileiro para outros colonizadores, os portugueses começaram a transportar integrantes da população lusitana ao Brasil, de forma que aumentasse a área de domínio, conseguisse evangelizar mais índios e obtivesse vantagens mercantilistas. Por isso, em 1532, enviou uma expedição de 400 pessoas, para que fundassem a primeira vila em solo brasileiro, São Vicente.

O processo de aculturação envolveu várias vertentes, pois a dominação foi por imposição cultural, econômica, religiosa e linguística. Caso os índios não obedecessem aos mandos portugueses, eram severamente punidos de forma a não voltarem a questionar ordens/regras e valerem de exemplo de punição, de medo aos outros que pensassem em desobedecer às regras.

Em 1557, o Marquês de Pombal estipulou que todos os jesuítas retornassem a Portugal e veio ao Brasil para dar continuidade ao processo de dominação tanto do lugar quanto dos habitantes dele. Uma de suas façanhas, talvez a mais engenhosa, foi criar um decreto que proibisse o uso de qualquer outra língua que não fosse a língua portuguesa, ou seja, obrigou todos a falarem o português de Portugal, fazendo os não falantes do português começarem a falá-lo, principalmente os índios, que já estavam no processo de aprendizagem por meio da catequese. Assim, o Marquês de Pombal

Cria a primeira rede leiga de ensino, expulsa os jesuítas, estabelece um ordenamento jurídico e administrativo, o que resulta numa nova política linguística e cultural em que a língua portuguesa passa a ser obrigatória (SILVA, 2004, p. 64).

A notícia do descobrimento se espalhou cada vez mais e isso possibilitou que o Brasil fosse cada vez mais popularizado por pessoas de várias outras culturas (os pioneiros), as quais dominavam e impunham costumes a essa sociedade, eliminando os costumes dos indígenas e, quando não eliminados imediatamente, havia a mescla de culturas. Hoje, o Brasil é um país multicultural devido a essas ações, tanto que as “frentes pioneiras explicitam e explicam a distribuição atual dos povos indígenas brasileiros, que se encontram, atualmente, em vários graus de aculturação em relação à sociedade dominante” (SILVA, 2004, p. 53).

As formas punitivas existem desde sempre, não foi nesse momento histórico que se fez diferente, já que várias novas leis eram impostas em solos de diferentes culturas e a forma usada para que essas leis fossem cumpridas era a punição, a qual é abordada por Foucault (2013, p. 36), quando cita que “O suplício não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”, ressaltando que a punição é a melhor forma de dominação já inventada pelo homem, já que é a partir dela, dos métodos punitivos, quem poder dominante (rei, presidente, imperador, sociedade etc.) consegue punir/ensinar/dominar quem não cumpre as leis estabelecidas/impostas.

A punição é a forma mais eficiente de dominação. No Brasil, foi instituída essa medida, pois seus habitantes originais, os índios, sofriam com as regras impostas por outras sociedades, outras culturas, já que eram diferentes das deles e, caso as desobedecessem, eram punidos tanto fisicamente quanto psicologicamente para que o ato de desobediência ao poder dominante não se repetisse. “Esses indivíduos eram sujeitos a uma brutal redefinição de suas identidades, em virtude da captura, das sevícias físicas” (KOERNER, 2006, p. 22). Eram obrigados a se adaptarem e assumir novos posicionamentos devido à condição social na qual estavam inseridos. Apesar do Brasil presenciar a punição como forma dominante em 1500, os suplícios já existiam muito antes como forma de imposição/demonstração de poder.

Até o século XVIII, período iluminista, as penas não se baseavam em psicológicas e físicas, eram integralmente físicas, “o corpo do homem pagava pelo mal que ele havia praticado” (GRECO, 2015, p. 86). Apesar de também afetar a mente

devido ao grau de brutalidade, as punições, antes desse período, ocorriam tanto como forma de demonstração do poder punitivo à sociedade, acontecendo em praças públicas, quanto como forma menos expositiva, momentaneamente, ocorrendo em calabouços, como tortura, morte por tortura, remoção de membros, entre outras formas em que os níveis de punições se enquadram.

Nesse período, a privação de liberdade não era forma de punição, era apenas uma forma de manter o criminoso sob os olhos da “justiça”. As penas eram cruéis, a punição era totalmente física, enquadravam-se em tortura para confissão, morte, qualquer pena que tinha teor corporal. Tais penas causavam perturbação em quem as fosse receber, as pessoas julgadas e condenadas sofriam suplícios vários e, devido ao medo, a fuga era inevitável para que as penas não fossem aplicadas. A solução para as fugas foi a privação de liberdade dos condenados ou acusados, pois, para que a punição fosse aplicada, “o corpo do acusado tinha que se fazer presente” (GRECO, 2015, p. 86). Foi para evitar as fugas que se baseou a criação da prisão. Assim, a pessoa ficaria presa até ser condenada e receber a punição, não havendo risco de que o Estado não conseguisse cumprir seu dever de punir quem infringisse as leis estipuladas àquela sociedade que ocupava.

Esse método de privação e punição perdurou até o século XVIII, já que foi só após a Revolução Francesa que a punição passou a ser questionada se seria a forma mais eficiente e, por isso, a privação ganhou maior destaque nas discussões, pois começara a ser discutido “o princípio da dignidade da pessoa humana (GRECO, 2015, p. 87). As punições corporais começaram a ser questionadas, agora a ideia de respeitar a dignidade humana estava em alta e, sobre isso, Foucault (2013) ressalta que a punição recairia sobre a alma do sujeito condenado e não mais sobre o corpo.

A partir de todos os questionamentos referentes ao respeito à dignidade humana, a ideia de prisão surgiu com base na forma de punição dos monges, pois eles se isolavam da companhia de outras pessoas, apenas com a bíblia em mãos, para refletirem sobre suas ações, perceberem seus erros e arrependem-se (GRECO, 2015). Devido aos métodos dos monges, de se excluírem da sociedade para estudo e reflexão do “crime” cometido, a penitenciária, lugar no qual o indivíduo cumpre sua pena por meio do isolamento e da reflexão, também adota esse método. Contudo, o

tempo fez que tanto a ideia de prisão quanto a ideia de pena fossem repensadas e adaptadas; ou seja, evoluíram.

Essa evolução fez formas punitivas serem pensadas nas várias épocas e, por esse motivo, faz-se necessário lembrarmos de que as penitenciárias, em suas variedades, causam aos seus habitantes muitos tormentos, os quais são definidos por Bechara (2011, p. 1098) como “Grande padecimento físico ou moral”.

O pensamento social e da parte dominante varia muito com o passar do tempo, lógico que sempre baseado em ideais já criados, mas, mesmo assim, há variação. Isso faz as ideias de punições e prisões também variarem, para se adequarem às exigências momentâneas. Dito isso, abordamos que, na Antiguidade (Idade Antiga), datada “do fim da Pré-História (aparecimento da escrita) até o século V d. C. (queda do Império Romano do Ocidente, em 476)” (COTRIM, 2002, p. 10), as prisões eram usadas como lugares de “custódia provisória e tormento” (GRECO, 2015, p. 98), onde os indivíduos eram submetidos a variadas práticas de torturas com a finalidade de que confessassem o crime cometido e, por meio da confissão, sendo verdadeira ou não, a condenação era possível. Os detentos eram submetidos a interrogatórios e a torturas, dessa forma as prisões não possuíam como foco a justiça, mas sim a “retirada da verdade” por meio dos tormentos estipulados/impostos aos acusados.

Já na Idade Média, datada “do final da Idade Antiga até o século XV – queda da Constantinopla, em 1453” – (COTRIM, 2002, p. 10), a privação não era vista como na Idade Antiga. Agora, as prisões aderiam à privação de liberdade também “como de natureza processual” (GRECO, 2015, p. 100). A prisão não era mais vista como cumprimento de pena, mas sim como forma de aguardar o julgamento e/ou a condenação apenas. Nesse momento histórico, os tormentos ainda se faziam presentes nas prisões e a ideia de dignidade do ser humano, ainda, nem era analisada, pois a sociedade, a população se satisfazia com o sofrimento do condenado. Como afirmação da falta de preocupação com a dignidade humana, citamos que as condições das prisões eram degradantes, “os acusados ficavam, normalmente, presos em lugares fétidos, em masmorras, sem alimentação adequada, privados, muitas vezes, do sol e do próprio ar” (GRECO, 2015, p. 100). Tais formas de atuação fazem com que a prisões ajam com dupla função, a de “cárcere de custódia”, sendo usada de forma com que o

preso apenas aguarde a condenação e a segunda função cujo objetivo era fazer o condenado refletir e se arrepender por meio da meditação e da oração, assim como a função estipulada para os monges. Esse tipo de prisão era denominada como “eclesiástica”, de forma que não possuía práticas de torturas de nenhuma forma, diferenciando-se das outras.

Na Idade Moderna, datada “do final da Idade Média até o final do século XVIII – Revolução Francesa, em 1789” (COTRIM, 2002, p. 10), a ideia de privação de liberdade como cumprimento de pena foi sendo solidificada. Uma das primeiras casas de reforma do mundo, chamada de *Tuchthuis*, foi criada na Holanda e era composta por pessoas destinadas a cumprir uma pena pequena, como pequenos ladrões, jovens infratores. Além de ser uma das primeiras prisões a usar a privação de liberdade como pena, também foi uma das que “serviu de protótipo para as penitenciárias existentes hoje em dia” (GRECO, 2015, p. 103).

No século XVIII, devido às ideias iluministas, o sistema penitenciário agregou novos objetivos e ideais. As penitenciárias e penas se desenvolveram com foco na dignidade humana dos indivíduos detentos, sendo assim passaram a abandonar o sistema de punição por meio de suplícios, uma vez que eram usados nas prisões anteriores e não respeitavam a dignidade humana devido a ter o corpo como foco de punição.

Capítulo II

Há, além deste, um segundo saber que se forma a partir desta situação. Um saber sobre os indivíduos que nasce da observação dos indivíduos, da sua classificação, do registro e da análise dos seus comportamentos, da sua comparação etc. Vemos assim nascer, ao lado desse saber tecnológico, próprio a todas as instituições de sequestro, um saber de observação, um saber de certa forma clínico, do tipo da psiquiatria, da psicologia, da psicossociologia, da criminologia etc. É assim que os indivíduos sobre os quais se exerce poder ou são aquilo a partir de que se vai extrair o saber que eles próprios formaram e que será retranscrito e acumulado segundo novas normas, ou são objetos de um saber que permitirá também novas formas de controle (FOUCAULT, 2013, p. 119).

II. Gênero “pipo”

Assim como já abordado, o “pipo” é um gênero peculiar usado dentro do sistema penitenciário e pelos detentos. Por não conseguirem se comunicar de forma efetiva, falando, os apenados se utilizam desse “tipo de bilhete” para se comunicarem quando não estão no campo de visão uns dos outros, porém o máximo de cuidado é tomado para que os “pipos” não sejam lidos/vistos por ninguém, somente pelo interlocutor específico.

A condição de produção (encarcerados) em que os presos se encontram faz que tomem cuidado com a interceptação a todo momento e uma das formas de dificultar o entendimento da mensagem, caso seja interceptada por outro sujeito, um agente penitenciário, por exemplo. É o uso da linguagem subjetiva, não clara, com códigos, como gírias específicas da sociedade encarcerada que dificultam a interpretação por um ser não pertencente àquele grupo seja possível, ou, pelo menos, dificultada. Com isso, usam palavras ou frases que, mesmo em Língua Portuguesa, exigem que o leitor possua conhecimento do vocabulário gírio para que a interpretação de uma pessoa que não seja o receptor ou que não pertença à sociedade de presos seja possível.

Há uma linguagem específica usada pelos detentos para que a comunicação entre eles seja possível; um novo encarcerado é obrigado a absorver tal linguagem, pois é um vocabulário necessário para que haja comunicação com outros detentos, além de demonstrar, a partir do conteúdo linguístico, que faz parte daquela sociedade, sem esquecer que a principal função desse vocabulário é impossibilitar/dificultar que agentes penitenciários os interpretem, ainda mais por ser um conhecimento criado e partilhado, principalmente, na penitenciária.

Devido ao não conhecimento vocabular de todos, as possibilidades interpretativas de um “pipo”, assim como qualquer gênero, são enormes, pois, pensando na condição de produção específica, se lido por um agente penitenciário, a interpretação é afetada, já que falta conhecimento vocabular das gírias e também conhecimento da condição de produção e do assunto que está sendo tratado, porém, se lido pelo detento a quem se destina, provavelmente a mensagem será interpretada com eficácia, uma vez que ambos fazem parte do mesmo contexto social e possuem

conhecimento vocabular específico. Dessa forma, a leitura dos “pipos” tende a ficar cada vez mais subjetiva, conforme o número de pessoas que tente interpretá-los, pois cada leitor desenvolve formações discursivas diferenciadas e isso faz que a variabilidade contextual e vocabular se altere de forma drástica, ou não ocorra entendimento da mensagem.

É na quantidade de possibilidades interpretativas, na expansão dos efeitos de sentido contidos nesse gênero que este trabalho se baseia. A subjetividade das leituras e a quantidade de “interpretações” são várias e mostramos o quão expansivos os efeitos de sentido podem ser, às vezes, até sem nexos, se comparados com outros gêneros socialmente corriqueiros fora do sistema prisional. Além disso, salientamos que a análise de “pipos” para alocutários distintos é proposital, com o objetivo de demonstrar a variação da posição sujeito conforme a condição de produção.

É importante observarmos que, inicialmente, os “pipos” eram usados como forma de comunicação apenas entre os detentos que mantinham o uso de gírias, contudo a impossibilidade de comunicação dos detentos com os setores administrativos das penitenciárias fez que esse gênero passasse a ser usado também com foco em outros interlocutores, como os integrantes dos setores que compõem as prisões: enfermeiros, advogados, assistentes sociais, chefe de segurança etc.

Os detentos utilizam-se da linguagem de forma a se aproximar o máximo possível da norma padrão, mesmo com erros gramaticais, os detentos procuram fazer adequações de palavras, sem uso de gírias, para demonstrar respeito, talvez, além de sempre serem cordiais, quando destinados aos setores administrativos. Essa adequação à condição de produção na qual estão demonstra como o gênero “pipo”, como outros gêneros, é versátil e dinâmico, como se adapta de forma vocabular a quem será encaminhado.

Apesar de também ser utilizado para comunicação com setores administrativos, não nos esqueçamos de que foram criados e são utilizados como forma de quebrar a punição do silêncio, além de tratar de assuntos importantes dentro da sociedade encarcerada e que, para isso, utilizam-se de um código linguístico próprio, as gírias.

O vocabulário gírio, em geral, é criado e usado por um grupo específico para comunicação interna, pois são expressões para sujeitos de uma comunidade específica

poderem se comunicar com pessoas inclusas na mesma condição, no mesmo meio social, já que, normalmente, estão relacionadas “à linguagem dos grupos socialmente menos favorecidos ou de oposição a um contexto social” (PRETI, 2002, p. 01).

Contudo pessoas que não pertencem diretamente ao grupo dos apenados, mas possuem contato contínuo com seus integrantes, mesmo que contra vontade de um deles ou de ambos, agentes penitenciários, internalizam os vocábulos, como ressalta Goffman (2015, p. 53) sobre gíria e equipe dirigente:

Cria-se uma “gíria institucional”, através da qual os internados descrevem os acontecimentos decisivos em seu mundo específico. A equipe dirigente, principalmente em seus níveis inferiores, conhece também essa linguagem, e pode usá-la ao falar com os internados, embora passe a linguagem mais padronizada quando fala com superiores e estranhos. Juntamente com uma gíria, os internados adquirem conhecimento dos vários postos e funcionários, um conjunto de “lendas” sobre o estabelecimento, bem como certa informação comparativa sobre a vida em outras instituições totais semelhantes.

As gírias são criadas para que as pessoas que não fazem parte daquele grupo social não consigam entender o que está sendo dito, ou, então, para outras pessoas não se comunicarem facilmente dentro desse grupo, além de também servir como representação de identidade, como integrante de um grupo.

Quando as gírias passam a ser conhecidas por membros de outros grupos, há necessidade de alterá-las, com o objetivo de complicar/impossibilitar a compreensão de grupos externos. Há também a possibilidade do sujeito assumir uma posição distinta da usual em seu dia a dia para se autoafirmar ou demonstrar que também pode pertencer àquele grupo, como é o caso dos detentos, que adequam suas formações discursivas tanto para comunicação entre eles, quanto para comunicação com os setores administrativos. Dessa forma, pelo uso do vocabulário gírio, assim definido por Preti (2002), o sujeito mostra que, a partir do conhecimento vocabular, comunica-se e demonstra autonomia linguística e social tanto com os detentos quanto com os funcionários da instituição.

A sociedade é composta por grupos sociais distintos e que mudam a todo momento, assim esses grupos sempre produzem gírias que possibilitam a interação principalmente entre os integrantes dele, como grupos referentes às universidades, às

músicas, ao tráfico, à própria penitenciária etc. Todavia, esse emaranhado de pessoas é considerado um grupo social, pois compartilham um mesmo ideal. Segundo Horton e Hunt (1980), o que faz dessas pessoas um grupo é justamente a consciência de que há necessidade de interação de todo conjunto e, por meio dessa consciência, as gírias são criadas para interação dentro de determinada esfera comunicativas.

Apesar da definição de “gíria” de Horton e Hunt, elas e seus significados vão além disso. Também podem servir para demonstrar a opinião do grupo em como se veem dentro da sociedade, dentro do condição de produção na qual estão inseridos. Peguemos, como exemplo, os próprios detentos, que usam a gíria “jaula” para denominar a cela deles, a qual contribui para que os presos se sintam como “animais da sociedade” e já expressam o julgamento que possuem sobre tal circunstância (PRETI, 2002, p. 04).

Devido a tais fatores, é relevante que investigações voltadas às práticas comunicativas socioculturais de comunidades distintas da hegemônica e/ou acadêmica, ou seja, como classifica Goffman (2015), as instituições totais⁴, para que os os efeitos de sentido dentro de grupos culturais subalternos e marginalizados sejam demonstrados. Para tanto, destacamos o conceito de “poder”, ou melhor dizendo, “das relações de poder”, já que a sociedade é composta por “jogos de poderes”. Nesse caso, abordamos o “poder discursivo” expressado pelos detentos, pois há a necessidade de adaptar as formações discursivas distintas quando adentra o sistema prisional, pois a demonstração de pertencimento aos grupos que constituem a penitenciária, apenados e funcionários, é essencial para que haja possibilidade de demonstração de poder por meio dos discursos produzidos em condições de produção específicas. Sendo específico e limitante, uma FD referente aos setores administrativos e outra referente à sociedade encarcerada, já que as penitenciárias são compostas também por poderes dominantes.

De forma alguma buscamos mostrar a finalidade dessas aquisições discursivas, mas pretendemos estabelecer hipóteses, a partir da análise dos “pipos”, que possam

⁴ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal” (GOFFMAN, 2015, p. 11).

possibilitar possíveis motivos para tal aquisição. Já evidenciando dados da análise, é possível ressaltar que, por meio das observações etnográficas, que os sujeitos pesquisados optam por não exercer a ideologia na qual foram constituídos para se apropriarem da forma discursiva dominante dentro da penitenciária. Afinal,

Seria talvez renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode se desenvolver fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2013, p. 30).

Nesse sentido, dentro da penitenciária, a renúncia e, ao mesmo tempo, a aquisição dos vários discursos produzidos em tal contexto são possíveis devido à aceitação, ao assujeitamento às formas interacionais verbais e não verbais, leituras e produções de textos escritos de grupos vistos como dominantes.

A instituição em questão possui várias formas de atuação. A relação hierárquica que a constitui é de extrema importância para nós, uma vez que a posição sujeito desenvolvida é definida/assumida pela condição de produção em que o sujeito se encontra. Além disso, Goffman (2015, p. 19) aborda a relação perceptiva dos sujeitos dentro de instituições como a prisão se refere à

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados.

Salientamos que as posições assumidas pelos detentos são para se enquadrarem na condição de produção que estão no momento da produção do discurso e demonstrarem fazer parte de um grupo dominante, ou que podem fazer

parte e manter uma comunicação a partir do uso dos códigos linguísticos adequados para seus interlocutores.

Capítulo III

O discurso não assume sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir um caminho. Para interpretar o menor enunciado, é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, cita... (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2014, p. 172).

III. As três fases da AD

A AD teve marco inicial em 1960, na França, desenvolvida por Michel Pêcheux, o qual abordou a linguagem como verdade, focando em análises a partir do discurso político abordado por historiadores e linguistas que usavam como base trabalhos feitos por Louis Althusser (filósofo) e Jacques Lacan (psicanalista) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014).

Tendo como obra principal nessa época a *Análise automática do discurso* de Michel Pêcheux, a Análise do Discurso teve início no fim da década de 1960, no momento em que a Linguística passou a ser vista como importante aporte teórico para outras ciências, principalmente com foco em eventos políticos, o que uniu Filosofia e Linguística.

Dessa forma, Souza (2006, p. 80) ressalta que a AD altera

o modo da Linguística trabalhar a relação linguagem-história e questiona o Marxismo para além da filosofia marxista da linguagem, que vê a língua como um veículo através do qual as pessoas são levadas a acreditar em idéias que não são verdadeiras ou que não interessam à sua classe.

A partir de evoluções científicas e estruturações da teoria da AD, temos sua primeira fase, AD-1 (1969 – 1975). O próprio Pêcheux divide a nova teoria em três momentos (AD-1, AD-2 e AD-3) em seu artigo *A análise de discurso: três épocas* (1983); acreditamos que a base da divisão não é por épocas distintas, mas baseia-se “em momentos de reelaborações teóricas no interior da disciplina e cada uma das épocas traz elementos teóricos das demais em maior ou menor grau, ou mais ou menos elaborados, mas presentes de certa forma” (SOUZA, 2006, p. 81).

Pêcheux aborda em seu artigo supracitado como a Ad-1 funciona, citando sua “posição teórica” e as “conseqüências (1997, p. 313) dos procedimentos”, além de descrever a análise do *corpus* e afirmar que a

AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*.

Sendo assim, nesse primeiro momento, a teoria afirmava que a relação de sentido não é fixa, mas dependente da formação discursiva do sujeito e também “focaliza os discursos doutrinários estáveis e que podem ser fechados” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 39).

A segunda fase (1976 – 1979) abordava principalmente o conceito de Formação Discursiva, emprestado de Michel Foucault (2008, p. 133), para conseguir abordar a língua juntamente com a História e abranger a relação de uma estrutura discursiva fechada, o qual ressalta a formação discursiva como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Agora, por uma nova perspectiva, não mais como discursos fechados, mas processos discursivos abertos, entrelaçados e não justapostos. “Assim, os discursos estabilizados da AD1 dão lugar, na AD2, a discursos menos estabilizados por serem esses produzidos a partir de condições de produção menos homogêneas” (SOUZA, 2006, p. 90), além de englobar o conceito de interdiscurso.

Dessa forma, Pêcheux (1997, p. 315) conclui:

AD-2 muito poucas inovações: o deslocamento é sobretudo sensível ao nível da *construção* dos *corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada.

O terceiro momento (1980 – 1983) deu-se no colóquio “Materialidades Discursivas”, que ocorreu em 1980 na cidade de Nanterre, o qual contou com vários estudiosos de Análise do Discurso.

Pêcheux afirmou que esse é um momento de desenvolvimento de muitas pesquisas focadas em encadeamentos intradiscursivos, o que faz que a AD-3 aborde “o estudo da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio intradiscursivo’ (1997, p. 316).

Esse momento marca a AD com os conceitos de heterogeneidade (mostrada e constitutiva), afirmando que “pode haver na fala traços visíveis de um outro discurso

(*heterogeneidade mostrada*) e propriedades constituintes do discurso que vêm de outros dizeres (*heterogeneidade constitutiva*) (SOUZA, 2006, p. 93). De forma que, segundo Mussalim (2004, p. 120):

Na AD-3, por sua vez, adota-se a perspectiva segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Será a relação interdiscursiva, portanto, que estruturará as FDs em questão.

É na AD-3 que o discurso passa a ser visto como heterogêneo e isso faz que haja desconstrução das maquinarias discursivas, de forma a reconstruir/redirecionar alguns procedimentos abordados pelas AD-1 e AD-2. Tais percepções fazem Souza (2006, p. 93) afirmar que

Esse redirecionamento, apoiado na discussão sobre interpretação, aprofunda a noção de interdiscurso, afasta a AD do dogmatismo althusseriano e que levam ao encontro de Bakhtin e Foucault, principalmente a partir da leitura desse último feita por J. J. Courtine.

A AD, então, passa a englobar vários pensamentos distintos dos iniciais, como a memória discursiva ou o interdiscurso sendo visto como tudo que há de conhecimento do que já foi dito, além do conceito de formação discursiva. Souza (2006, p. 99) afirma isso ao citar que

O procedimento da análise vai levar em consideração os vestígios da memória discursiva que se inscrevem no interdiscurso. Isso é feito não mais por meio de um procedimento por etapas, de ordem fixa, como nas ADs anteriores, e, sim, através de uma produção *em espiral* de reconfigurações do *corpus*. A análise lingüística e a análise discursiva se alternam, levando em conta a incessante desestabilização do “corpo” das regras sintáticas e das formas “evidentes” de seqüencialidade.

Dessa forma, percebemos que a AD inicia-se com noções fechadas que passam a ser abertas/expandidas, sai do determinismo de Althusser e passa a considerar a História, passa a não focar no *um*, mas no *outro* e na relevância que esse possui para a formação discursiva daquele, focando ainda na produção de sentido constituída a partir de alterações sócio-histórico-ideológicas.

Toda essa evolução da Análise do Discurso deu-se na França de forma a espalhar-se por outros países. Apesar dos fatos já citados, após a terceira fase, o Brasil passou a fazer uso da AD de forma a também progredir com a teoria, apropriando-se mais da teoria da linguagem desenvolvida por Pêcheux do que da metodologia informatizada. Com base nisso, Eni Orlandi e o grupo de AD da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) passaram a desenvolver teorias discursivas baseadas em Pêcheux, porém não se pode falar hoje em Análise do discurso francesa em se tratando da quarta fase, pois ela acontece no Brasil, segundo Souza (2006, p. 101).

A prática teórica da AD no Brasil a qualifica como tendo configuração igual e diferente daquela de Michel Pêcheux. Igual no solo teórico em comum, diferente na utilização de procedimentos informatizados para implementar sua teoria. Ao mesmo tempo, sabemos que sem a teoria de discurso de Pêcheux, a prática do que chamamos de Escola Brasileira de Análise do Discurso apontaria para outros caminhos, talvez bem diferentes dos agora trilhados. É, materializada na prática científica, a heterogeneidade constitutiva.

Afirmamos que a AD possui grande função como ferramenta interpretativa, como ressalta Orlandi (2007, p. 59):

A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo.

A AD não trabalha com a língua de forma transparente, mas como forma opaca, pois não há sentido concreto, uma vez que os sentidos dos discursos dependem da ideologia, das formações discursivas, do interdiscurso e das condições de produção.

3.1. Discurso

Todo discurso é produzido a partir de conhecimentos que atravessam/constituem o sujeito, tanto conhecimentos de mundo quanto conhecimentos das estruturas da língua. Dessa forma, a AD não se utiliza dessas duas constituintes separadamente, mas unidas, uma vez que aborda a linguagem em movimento, em funcionamento, a qual é usada para interação por um sujeito formado histórica e socialmente, incluindo a

variante de produção de sentidos que se dá devido a essa movimentação (ORLANDI, 2001).

Devemos perceber a linguagem como um sistema de significação, que é utilizado para qualquer tipo de interação, já que há a linguagem verbal e a não verbal. Sendo assim, a linguagem é uma ferramenta que os sujeitos possuem para representar a realidade na qual vivem e pretendem transmitir. Ressaltamos que a linguagem é utilizada de distintas formas e para sujeitos distintos, ocasionando uma variante de sentido muito grande, pois as possibilidades interpretativas dependem das formações discursivas do receptor.

A AD surge, em 1960, a partir de progressos na Linguística e da mudança que vários teóricos passaram a ter sobre leitura. A questão não é mais saber o que o texto quer dizer, mas toda significação possível por meio da materialidade discursiva, ou seja, o discurso não é mais visto como “transparente”, apenas com uma interpretação, como como “fosco” com várias interpretações possíveis, pois é construído por meio de processos históricos e ideológicos, sendo um objeto de reflexão, já que se ocupa da função comunicacional dos textos e toda carga trazida por eles.

A Análise do Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato de funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique (ORLANDI, 2012, p. 21).

Essa área trabalha o discurso na sua íntegra, ou seja, não apenas o texto, mas o discurso em interação e possuindo vários significados/sentidos por ser composto sócio-historicamente, já que é alterado conforme o tempo e o lugar que foi produzido. Cada sujeito é constituído sócio-historicamente, ou seja, há vozes que atravessam esses sujeitos, já que são seres históricos e ideológicos. Como diz Brait (1999, p. 14),

[...] tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala.

3.2. Ideologia e Sujeito

A AD encara o sujeito como ser atravessado sócio-historicamente, sendo constituído por duas formações principais, as quais são responsáveis por todo ato comunicativo e “interpretativo”, pois é a partir dessas duas formações que o sujeito passa a fazer parte da sociedade e ser visto como ser pensante, que emite sentidos, ou seja, é a partir da formação ideológica e das formações discursivas que a integração na sociedade como ser discursivo é possível.

Sendo assim, partimos do conceito exposto por Althusser (1983, p. 88), para quem

[...] toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem.

Nessa perspectiva, a ideologia deve ser vista como a forma imaginária que é ensinada aos sujeitos para que eles vivam o real, pois é a partir de conceitos imaginários ensinados/impostos que as relações com a realidade passam a ser concretas, já que há Aparelhos de Estado que determinam como essas ideias são ensinadas. Althusser (1980) aborda e classifica os Aparelhos de Estado, pois responsabiliza-os por todo ensinamento passado, de forma que os classifica em Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelhos Repressores de Estado. A classificação de cada um não é essencial, mas sim que a igreja, a escola, o exército etc. são Aparelhos responsáveis por ensinar saberes/regras de forma que os sujeitos passem a ser submissos a uma classe dominante, já que a ideologia mostrada estipula regras a serem seguidas, as quais são determinadas como corretas para vivência/convivência naquele meio social.

Sendo assim, ainda citamos Paul Ricouer (1990, p. 68), pois ele divide o conceito de ideologia em três tópicos em sua obra *Interpretação e ideologias*. O autor inicia com a descrição da ideologia geral:

“A ideologia é função da distância que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la em um credo de todo um grupo, mas também o de perpetuar sua energia para além do período de efervescência”.

Dessa forma, o autor expressa que é por tal motivo que o fenômeno ideológico inicia-se cedo, pois é pela lembrança, pela domesticação que uma sociedade passa a racionalizar de acordo com as regras imaginárias demonstradas, afinal a ideologia é a forma como as pessoas pensam e o que determina como devem habitar o grupo a que pertencem.

A segunda definição se dá pela forma de ideologia dominante, que, segundo Ricouer (1990, p. 71), “se vincula aos aspectos hierárquicos da organização social”, ou seja, o que faz uma classe ser dominante e a relação hierárquica social. Como exemplo, ressaltamos como ideologia dominante o próprio sistema penitenciário, o qual estipula aos detentos a forma que devem pensar e agir, pois “Nenhum fenômeno ratifica tão completamente quanto o da autoridade e da dominação o caráter da inércia ideológica” (RICOUER, 1990, p. 72).

A terceira definição de ideologia é denominada de “deformadora”, que ressalta: “O fato decisivo é que a ideologia é definida ao mesmo tempo por seu conteúdo. Se há inversão, é porque certa produção dos homens, enquanto tal, é inversão” (RICOUER, 1990, p. 73). Nesse sentido, citamos o processo por qual o detento passa ao adentrar o sistema prisional, descrito por Goffman (2015, p. 24):

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele.

Ressaltamos que o detento passa por um processo de reformulação, digamos assim, pelo qual há necessidade de adequação à condição de produção, para que, enquanto for membro da sociedade apenada, seja visto como pertencente a ela por meio da linguagem e hábitos.

Para reforçar, citamos que a ideologia é a

Criação de universais abstratos, isto é, transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das idéias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não a universalidade humana. As Idéias da ideologia são, pois, universais abstratos (CHAUI, 1981, p. 36).

Concordando com Althusser e Ricouer, Chaui aborda a ideologia como uma imposição a todo sujeito para que uma ideia seja natural a um todo e, assim, a ideia principal da classe dominante seja absorvida. Ocultar a diferença de classes é o principal fator que transforma essa ação em possível, pois, aparentemente, todos veem as distintas ideologias como forma natural dos seres humanos agirem (CHAUI, 1981).

Há necessidade de ressaltarmos que a ideologia é marcada por vários fatores, entre eles estão o histórico e a condição de produção, pois a Ideologia de uma classe dominante se alterna conforme a condição de produção na qual está sendo produzida ou adaptada, porém não é apenas a condição de produção que altera a ideologia, mas também o momento histórico e os ideais que a classe dominante pretende estabelecer na sociedade em determinada época, como afirmam Marx e Engels (1998, p. 48) , ao ressaltarem que

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação.

Todos os indivíduos pertencentes à classe dominante possuem consciência de tal situação e isso faz que relações de poder sejam estabelecidas na sociedade a qual pertencem. Essa relação não é instituída momentaneamente, mas sim tem grande valor histórico, uma vez que os jogos de poderes de toda sociedade são históricos e estipulados pelos integrantes da classe dominante a partir da produção e distribuição de pensamentos, isto é, estipulam ideais a serem seguidos por toda sociedade que dominam e habitam.

A linguagem é constituída de forma ideológica. Essa afirmação torna-se mais concreta se analisarmos a contextualização histórica dos desaparecimentos e surgimentos de línguas, afinal, a língua é mutável, está sempre em movimento. Há várias línguas que são usadas por sujeitos distintos, que constituem uma sociedade distinta e seguem ideias de um poder dominante diferente. A comparação, por exemplo, do quase desaparecimento de línguas indígenas a partir do “descobrimento” do Brasil, já que o poder dominante passou a ser Portugal, o qual estipulou não apenas regras de comportamento, mas também mudanças linguísticas a toda uma sociedade, demonstrando como a língua é uma grande portadora de ideologia.

Dessa forma, salientamos que a ideologia

Organiza-se como um sistema lógico e coerente de representação e de normas ou regras que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (BRANDÃO, 2004, p. 22).

A constituição dos seres é de extrema importância, uma vez que é a partir dela que os sentidos são transferidos e absorvidos, pois é na Formação Ideológica que o sujeito possui seu primeiro contato com a sociedade. Ela “instrui” o sujeito quando há produção discursiva, ela determina a forma como o discurso será produzido, pois

A instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia (PÉCHEUX, 1995, p. 146).

Salientamos, assim como Orlandi (2007, p. 20), que a ideologia é construída de forma sócio-histórica e

É nesse lugar teórico que aparece a necessidade da ideologia na relação com a produção de sentidos. A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação.

Sendo assim, é fato que os sujeitos são “compostos” conforme a história e estabelecem relação entre as vozes que estão por trás dos discursos “absorvidos/usados” por eles, ou seja, todo sujeito é constituído por uma formação ideológica (FI) e, dentro desta, há várias formações discursivas (FDs) que constituem o sujeito como ser adaptável à sociedade devido às suas variações contextuais (PÊCHEUX, 2008).

Nessa perspectiva, a formação discursiva, diferentemente da FI, permite que o sujeito tenha consciência, defina o que pode fazer ou não dentro de determinadas situações discursivas, conscientizando-o sobre determinadas ações que não são aceitáveis em determinados lugares. É a partir das FDs que o sujeito compreende um lugar de construção de sentidos, sabendo o que pode ou não ser dito em determinada conjuntura, a qual deve ser entendida como a realidade na qual o sujeito está inserido, suas formações econômicas, sociais etc. Como define Pêcheux (1995, p. 160), ao citar que a FD é

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, sermão, um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

As formações discursivas são “criadas”/apreendidas devido ao contato que o sujeito possui com os enunciados já produzidos, com o dizível, assim como aborda Orlandi (2007, p. 20) ao dizer que “As diferentes formulações de enunciados se reúnem em pontos do dizer, em regiões historicamente determinadas de relações de força e de sentidos: as formações discursivas”.

As palavras, os discursos passam a fazer sentido ao receptor desde que suas FDs comportem o sentido expresso naquela condição na qual foram produzidas, ou seja, “A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) [...]” (ORLANDI, 2012, p. 78).

As FDs pertencem, geralmente, a um mesmo momento histórico, sendo assim, fazem parte de uma mesma formação sócio-histórica. Salientamos que uma formação discursiva sempre estará diretamente ligada a uma formação ideológica, uma vez que ambas formações são englobadas dentro de três conceitos citados por Maingueneau (1989) – Universo, Campo e Espaço discurso – o que permite abordarmos um dos conceitos-chave, quando falamos de AD, o Interdiscurso.

É por meio do interdiscurso (Maingueneau, 1989) que há uma “costura” entre os conhecimentos dos receptores, entre os discursos internos que esse sujeito possui. O interdiscurso é a parte constituinte de todo conhecimento do sujeito, é o que permite que ele faça referências, após se sujeitar a um discurso, que permite que um sentido seja percebido, sempre a partir da percepção da condição na qual está para que o “melhor” sentido seja estabelecido.

Salientamos que, para analisarmos o discurso, a abordagem de interdiscurso é indispensável, já que devemos

Fazê-lo apreender de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas. Isto implica que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro. Não se distinguirá, pois, duas partes de um ‘espaço discursivo, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro, mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da intertextualidade (MAINGUENEAU, 1993, p. 119).

Sendo assim, as relações de sentido estão diretamente ligadas não apenas a uma formação discursiva do receptor, mas a todas formações discursivas que o constituem e que são base para que, por meio do interdiscurso, o entendimento seja possível da melhor forma, logicamente, com base nos conhecimentos prévios discursivos do receptor, teoricamente, enquadrados dentro de espaços, campos e

universos discursivos, já que, segundo Orlandi (2007, p. 20), “sujeito e sentido se constituem mutuamente”.

Toda relação entre formação discursiva e interdiscurso só é possível devido à memória discursiva, pois

No nível da intertextualidade interna, interior do campo, de maneira geral, a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva. É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história (BRANDÃO, 2004, p. 95 – 96).

Dessa forma, ressaltamos que a memória discursiva é responsável pela “armazenagem” de todos os discursos já apreendidos pelo sujeito, mesmo que, por meio dos esquecimentos, ele não se recorde das condições nas quais eles foram proferidos, ou seja, cabe a ela organizar os enunciados de forma que os discursos ditos possuam uma sequência discursiva. Esses efeitos de formulações de referências discursivas “podem ser de lembranças, de redefinição, de transformação quanto de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito” (BRANDÃO, 2004, p. 99).

A relação do sujeito com o Universo Discursivo é de extrema importância, uma vez que esse conceito é responsável por todos os discursos já produzidos sobre determinada temática. Exemplificando, essa vertente não consegue abranger toda área, como o termo demonstra, pois, tomando como exemplo todos os discursos já produzidos sobre sistema penitenciário, o objetivo é estabelecer, justapor, concatenar, mas, principalmente, unir todos os discursos já produzidos referentes a esse tema. Portanto, o universo discursivo caracteriza-se pelo conjunto de formações discursivas dos mais variados modelos que interagem numa dada conjuntura, impossibilitando, assim, ser concebido em sua totalidade.

Devido à abrangência do conceito de Universo Discursivo, faz-se mais que necessária a definição do conceito de Campo Discursivo⁵, pois é responsável por um

⁵ É no campo discursivo que “um conjunto de formações discursivas (ou de posicionamentos) estão em relação de concorrência no sentido amplo, delimitando-se reciprocamente: por exemplo, as diferentes escolas filosóficas ou as

conjunto de formações discursivas que atuam entre si dentro de um determinado espaço, dentro de uma categoria menos abrangente. Um dos Campos Discursivos possíveis dentro do Universo Discursivo do sistema penitenciário é o discurso produzido sobre os métodos de ressocialização. Sendo assim, podemos pensar em punição física, punição psicológica, educação etc.

Desse modo, salientamos que ainda há o conceito de Espaço Discursivo, o qual é um pouco mais “restrito/limitado”, pois refere-se a um subconjunto do Campo Discursivo, responsável por estabelecer relação entre, no mínimo, duas formações discursivas relacionadas por criarem relações cruciais. Seguindo o exemplo do sistema penitenciário, o espaço discursivo pode ser estabelecido para analisarmos, comparativamente, dois discursos abordados, como ressocialização por punição física e pela educação. As relações (interações) são utilizadas para demonstrar processos concorrentes e/ou congruentes entre as formações discursivas trabalhadas, uma vez que a formulação de “novos” discursos só é possível devido à contraposição de discursos proferidos e analisados. Nesse sentido, o projeto de remição da pena pela leitura é um exemplo desse espaço discursivo de atuação.

Dessa forma, fica mais que claro que todo sujeito é dependente de uma ideologia dominante. Ou seja, há, na sociedade, classes dominantes, detentoras da ideologia dominante, exteriorizadas por instituições do Estado, por exemplo, que estipulam regras/moldes que “asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua ‘prática” (ALTHUSSER, 1983, p. 58), porém também há o poder dominante social não relacionado ao Estado, mas a outros fatores, como condição financeira, conhecimento de assunto, principalmente em relação a esse último citado, como o fato de um sujeito que contenha mais conhecimento sobre vendas possuir, teoricamente, mais poder que um mecânico de automóveis e vice-versa. Sendo assim, há regras/normas estipuladas pelos poderes dominantes do Estado, por exemplo, que fazem com que os sujeitos sejam assujeitados à ideologia “proposta”, pois, mesmo que de forma inconsciente⁶, os

correntes políticas que se defrontam, explicitamente ou não, em uma certa conjuntura, na tentativa de deter o máximo de legitimidade enunciativa” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 91).

⁶ Para Análise do Discurso, “O inconsciente é uma cadeia de significantes que se repete e insiste em interferir nas fissuras que lhe oferece o discurso efetivo” (BRANDÃO, 2012, p. 66), ou seja, é a partir de discursos inconsciente esquecidos por todos os sujeitos que existe a ilusão de protagonismo discursivo.

sujeitos são constituídos por essa ideologia que é ensinada/imposta a eles, e isso faz que a sociedade seja constituída por pessoas submetidas ao assujeitamento ideológico, desejando ou não, assim como o segundo tópico, que também não é controlável pelos sujeitos e há alternância de poder conforme alterna a condição de produção.

Ressaltamos que o poder do Estado faz-se presente de forma dominante e de mais fácil percepção, já que são determinadas leis e regras a serem cumpridas. Já o poder que não envolve o Estado, que domina as relações interacionais sociais, age de forma mais velada, uma vez que é demonstrado no convívio e pela demonstração de conhecimento, como supracitado.

3.3. Condições de produção

Nos últimos anos, o sistema prisional brasileiro tem se voltado muito à educação formal dos detentos, uma vez que é uma das formas vistas para ressocializá-los. O local de pesquisa, uma penitenciária do Paraná, possui ensino para os detentos em vários níveis – Fundamental I e II e Ensino Médio. Vários apenados podem estudar enquanto encarcerados, possuindo mais expansão de conhecimento, benefício que podem ter recusado, quando “em sociedade”, ter sido recusado a eles, entre vários outros motivos que impossibilitaram sua formação.

Além do ensino formal, a penitenciária oferece vários cursos, já que a escola interna não consegue agregar todos os alunos. Cursos profissionalizantes do SENAI também são oferecidos, para que, quando libertos, os detentos possuam formação para procurarem empregos. Porém, o projeto que nos importa é o Projeto de Redução da pena por meio da leitura, que foi implantado recentemente, em parceria firmada entre a penitenciária, por meio do Programa para o Desenvolvimento Integrado (PDI – Cidadania) da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e uma Universidade Estadual, localizada na mesma cidade.

Quando o “indivíduo” adentra o sistema penitenciário, passa por uma triagem, na qual conversa com vários profissionais de áreas distintas para que uma ficha sobre ele seja preenchida, contendo grau de escolaridade, crime cometido, laços familiares, entre outras perguntas. O foco dessa triagem é estipular o perfil do detento.

Para o setor da escola, é importante saber a escolaridade do detento, uma vez que ela trabalha de acordo com a formação dele. Caso o detento seja analfabeto e deseje ser matriculado na escola, é encaminhado a uma galeria⁷ específica para que frequente o ambiente escolar penitenciário, iniciando sua formação. Caso sua escolaridade seja outra, normalmente os detentos não possuem o Fundamental I completo, há necessidade de espera de vaga na galeria específica para que comece a estudar.

O detentos, normalmente, aceitam com muita facilidade o processo escolar, já que além de lhes possibilitar o ensino que não tiveram/fizeram em liberdade, também faz que fiquem menos tempo dentro das celas, pois os dias de aulas são pré-determinados e organizados de forma que o horário de aula não se contraponha com o horário de pátio/de sol, para que eles não tenham a necessidade de decidir para qual vão, para que não percam aula nem momento de sol; além disso, a frequência na escola também contabiliza dias remidos na pena daqueles que têm frequência e notas pré-estipuladas.

A maioria dos apenados não possui o Ensino Fundamental completo, impossibilitando que a escola da penitenciária atenda toda a demanda, por falta de lugar físico, falta de professores, de horários, entre outros motivos. Também há muitos detentos com Ensino Médio incompleto, porém em número bem menor, se comparados com os citados anteriormente.

Para os que possuem ensino regular incompleto, há possibilidade de concluí-lo; além disso, há os cursos profissionalizantes e o projeto de remição por meio da leitura. Já os que completaram o ensino regular, graduados ou não, somente há a opção de cursos profissionalizantes e o projeto de remição.

Além da dificuldade de estrutura e mão de obra para atender toda demanda de detentos no ambiente escolar, muitas possíveis situações devem ser imaginadas, já que há locomoção de detentos pela penitenciária para serem encaminhados às salas

⁷ A penitenciária é dividida em pavilhões, em blocos. Esses blocos possuem um corredor central que possui mais dois corredores, um à direita e outro à esquerda, os quais possuem celas. Cada bloco com determinada quantidade de cela chama-se galeria. Elas são enumeradas da entrada até o fim da penitenciária, podendo variar de acordo com a extensão do prédio. As galerias representam a organização da penitenciária em relação à divisão de galerias para estudo, de detentos pertencentes a facções etc.

de aulas ou pátios. Esses riscos de locomoção fizeram com que as administrações da escola e da penitenciária se juntassem para criar uma possível solução, o que ocasionou nas chamadas “galerias de estudo”, que são as galerias em que ficam apenas detentos que frequentam a escola, ou seja, possuindo um número limitado de frequentadores. Tal atitude fez com que o processo escolar e de locomoção dos detentos fosse facilitado, diminuindo os possíveis riscos desse processo e aumentando a frequência dos detentos à escola.

Além da escola aplicar o ensino regular, os detentos possuem, uma vez por ano, a opção de realizarem uma prova para concluírem as etapas do ensino ou matérias específicas com mais agilidade. Essas provas contêm um caderno com questões de todas as matérias pertencentes ao nível no qual o aluno se encontra (Fundamental I, Fundamental II ou Ensino Médio), de modo que não haja possibilidade de conter, na prova, nenhum conteúdo “impossível” para o avaliado. Caso o aluno consiga atingir a média base para ser aprovado nas disciplinas necessárias, considera-se concluída aquela etapa escolar e passa-se para a próxima ou forma-se no ensino regular.

A escola atuante dentro da penitenciária é o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA). Os responsáveis por essa área também organizam a aplicação da prova de Ensino Nacional do Ensino Médio (ENEM), que serve para a conclusão de disciplinas também, caso a média-base seja atingida pelo aluno. Além disso, também, possibilitam que os alunos concorram a vagas em faculdades que, se aprovados, estudarão, após a análise do juiz da Vara de Execuções Penais responsável, cumprindo determinadas ordens e restrições.

Há esforços de diversas áreas, tanto dentro da penitenciária como fora dela, para que os apenados passem a frequentar a escola, porém as complicações e dificuldades são muitas para que isso aconteça. Após identificar os detentos que necessitam e possuem interesse em estudar, o CEEBJA, inserido dentro da penitenciária, é obrigado a elaborar uma lista com o nome completo de todos os detentos selecionados e a localização que estão dentro da penitenciária (galeria e cela), ou seja, onde estão alojados. Depois da elaboração da lista, ela é encaminhada para a Divisão de Segurança e Disciplina da Penitenciária (DISED), a fim de que seja verificado o nome de cada candidato, pois há a análise dos responsáveis pela segurança para verem se

os detentos possuem realmente condições de frequentarem a escola. Tomam, como base de análise, o grau de periculosidade, o crime cometido, o comportamento dentro da penitenciária tanto com outros detentos quanto com os funcionários, entre outras possibilidades.

A análise e a aprovação (ou reprovação) dos integrantes da lista feita pelo CEEBJA devem ser feitas com agilidade pela DISED, pois os aprovados devem ser realocados para as galerias de estudo. Porém, há uma mudança muito grande de localização de detentos baseada em acontecimentos internos. Presos são removidos também da escola com base em comportamentos não aceitos pela segurança, o que ocasiona uma mudança frequente de detentos das galerias de estudo; quando isso ocorre, a remoção e inclusão deles na escola, normalmente, é feita por permuta. Enquanto um é penalizado, sendo removido da escola e da galeria, por vários motivos, outros são beneficiados sendo transferidos para elas e matriculados para estudarem.

Além das várias dificuldades citadas, há ainda a problemática na quantidade de alunos em sala. A DISED permite que cada turma conte com o número de 15 alunos, porém, devido a vários fatores, o número máximo de alunos não passa de dez, em alguns dias, chegando a ser apenas dois. A retirada dos detentos da cela é um trabalho demorado e árduo, uma vez que sempre tem que haver revista tanto para retirada quanto para retorno à cela, para evitar qualquer situação de risco tanto para os agentes quanto para os professores. Além disso, há várias narrativas referentes à quantidade de alunos. Os agentes penitenciários alegam que o detento se recusou a ir naquele dia, que, infelizmente, o dia de aula aconteceu juntamente com a dia do pátio de sol, que o detento não estava passando bem, que a penitenciária está sob pressão e a situação não permite a remoção de um número maior de detentos. Há ainda a narrativa dos próprios detentos, pois falam que os agentes não chamaram para ir à aula, que não estavam bem, que, naquele dia, estava melancólico (situação frequente devido à condição de aprisionado e exclusão que vivem) e preferiu não ir. Devido à quantidade de narrativas, é praticamente impossível saber qual versão é a verdadeira, ainda mais que, nesse contexto, há toda uma demonstração de poder a ser analisada, tanto dos agentes quanto dos detentos.

Os detentos, normalmente, demonstram grande interesse em irem à escola, porém há várias situações adversas que impossibilitam, podem ser por parte deles ou dos agentes. Mas, com certeza, veem a escola como uma ótima oportunidade, pois, além de passarem mais tempo fora da cela e terem a oportunidade de fazerem algo que não foi possível antes de serem apenados – estudar –, há também, como incentivo para que estudem, a remição da pena em regime fechado pelo tempo de estudo. Esse tempo de estudo é equivalente, pois a cada 12 horas de estudo contabilizadas, divididas em três dias, pelo menos, o detento consegue reduzir um dia da pena total a ser cumprida. Isso incentiva ainda mais a estudar, já que eles pensam a longo prazo, pois vários possuem penas com mais de dez anos de reclusão.

Além da remição da pena por estudar no ensino regular, ainda há o curso pré-vestibular lecionado dentro da penitenciária, o qual teve início em 2013 em uma parceria da penitenciária com a universidade estadual da cidade. Para frequentar o pré-vestibular, também há uma pré-seleção, efetuada pela pedagoga responsável da penitenciária, que avalia a escolaridade, comportamento – em parceria com a Divisão de Segurança e Disciplina – galeria e cela em que o detento se encontra, pois quanto mais perto possível do lugar de aula, melhor, já que o detento será menos movimentado pela penitenciária, além, claro, de contar, fundamentalmente, com o interesse do apenado, já que, muitas vezes, há necessidade de mudança de cela, dia de pátio e dia de visita que são fatores de extrema importância para eles.

Cursos profissionalizantes do SENAI também são ofertados, porém a execução é de forma distinta. Para realização de tais cursos, todo material é entregue aos detentos em suas celas (livros, lápis e borracha). Um período de tempo, normalmente de 20 dias, é disponibilizado a partir da entrega do livro, o qual não deve ser rasurado, pois será aproveitado para futuros participantes. Os detentos possuem a responsabilidade de ler e estudar todo o livro, pois, após o tempo disponibilizado, eles retirados de suas celas e encaminhados a outro ambiente para execução da prova sobre a temática abordada. Após a realização, as provas, as quais contêm questões discursivas e objetivas, são enviadas ao SENAI para que sejam corrigidas pelos profissionais responsáveis pelas áreas do curso e atribuídas notas. Caso a nota seja superior aos 60% exigidos, o avaliado recebe um certificado emitido pelo próprio SENAI, o qual também contribui

para remição da pena, uma vez que cada curso possui um número determinado de horas de estudo, entrando no mesmo critério dos alunos estudantes do ensino regular.

Apesar de todas as possibilidades de formação para os detentos, o projeto de remição da pena pela leitura também disponibiliza tal oportunidade, uma vez que visa disponibilizar um livro para cada participante do projeto, sendo literário, filosófico, científico, dentre outros gêneros, que são previamente selecionados por uma comissão de docentes responsável por tal ação. Esse projeto, diferentemente da escola, é disponibilizado a qualquer detento, desde que seja alfabetizado, não importando se está inserido na escola ou outros projetos que possibilitam remição da pena. Logicamente que, com o tempo ocioso dentro das celas, os detentos se interessam em fazer o máximo de atividades possíveis que gerem benefícios para eles.

A participação dos apenados, assim como em todos os projetos oferecidos, é voluntária, já que exige compromisso e dedicação por parte de cada um. Esse projeto disponibiliza a cada participante o livro desejado por ele, dentre os selecionados pela comissão, para que a leitura seja feita. Os professores responsáveis possuem o prazo de um mês para conclusão da etapa. Organizam, normalmente, da seguinte forma: entregam os livros, disponibilizam 15 dias para leitura e convocam os apenados para sala de aula, onde escreverão um relatório de leitura ou resumo, os apenados que não possuem o ensino fundamental completo, e produzirão uma resenha, os apenados que estão cursando ou possuem o ensino médio concluído. Após essa primeira escrita, os professores as corrigem e fazem a correção detalhada de cada uma, de forma a abordarem coesão, coerência, estética etc. e fazem apontamentos para que os alunos melhorem a escrita. Após, mais ou menos, sete dias, os detentos são chamados para reescreverem as redações corrigidas, adequando-as às exigências feitas pelos docentes. O mesmo processo de correção é feito e, novamente, os apenados são retirados de suas celas para as salas de aula para fazerem a versão definitiva (terceira reescrita). Após isso, os corretores atribuem notas às produções.

Após todo processo de leitura, produção e correção que deve ser executado dentro de um mês, totalizando a leitura de 12 livros por ano, o CEEBJA produz um relatório atestando a participação do aluno no projeto de remição da pena por meio da leitura, com nome completo do detento, títulos das obras lidas, carga horária cumprida e

nota atribuída, que deve ser superior a 60% do valor total, o qual é encaminhado ao juiz da Vara de Execuções Penais. Ele analisará todos os fatores do relatório produzido para confirmar se o detento atendeu aos critérios básicos do projeto e, caso isso aconteça, o produtor da redação conquista quatro dias remidos em sua pena total.

Todos esses projetos são sustentados por uma biblioteca interna com um acervo com mais de 2.000 livros de variados gêneros e temáticas. O funcionamento da biblioteca interna também é complicado. Um detento é selecionado pela DISED, a partir de vários critérios, para ficar responsável pela biblioteca, mantê-la limpa, organizada e entregar os livros pela penitenciária, sempre com o apoio de um funcionário da escola (na época da pesquisa, coordenada por mim). As entregas dos livros são datadas semanalmente por galerias, com organização feita pela própria Divisão de Segurança de acordo com os critérios por ela estipulados. O detento responsável, usando um carrinho de entrega, passa pelas galerias determinadas, de cela em cela, oferecendo livros para leitura, os quais são codificados e, quando entregues, o responsável anota o detento para o qual emprestou e a localização dele dentro da penitenciária. Porém, uma das dificuldades encontradas é a impossibilidade de escolha dos detentos. O responsável pela biblioteca e o detento ajudante pré-determinam os livros a serem levados, muitas vezes não contendo os títulos desejados por vários detentos.

As dificuldades de estudo que a penitenciária oferece não são apenas nos projetos realizados, mas também na entrega de livros. Muitas vezes, a logística de entrega, a demora de retorno, os acontecimentos internos fazem que o detento leia o mesmo livro por duas vezes ou mais, pela impossibilidade de podê-lo trocar, pois a troca, o retorno da biblioteca à galeria pode demorar mais de um mês devido ao tamanho da penitenciária, o expansivo tempo ocioso, entre outros imprevistos. Salientamos que a procura pelos livros aumenta, uma vez que nem todas as celas possuem televisão ou rádio e isso faz que, cada vez mais detentos, influenciados pelo tempo disponível e o tédio, procurem, na literatura, as informações e distrações necessárias para, talvez, suportar o ambiente no qual estão, lutar contra a falta de conhecimento, entre outros motivos.

Ainda há um cuidado muito grande com livros de capa dura de qualquer modalidade ou área de estudo. Materiais com tal estética não são disponibilizados aos

detentos por vários motivos alegados, pois podem ser utilizados para esconderem *chip* de celular, lâminas, usarem a capa (material duro) como arma branca, entre outras possibilidades. Dessa forma, o detento e o professor responsável pela biblioteca fazem a retirada da capa original do livro de forma que não o estrague e colam, no lugar dela, normalmente, uma folha A4 branca ou colorida e escrevem o título a mão mesmo; em alguns casos, a capa é baixada na internet e impressa na escola pelo responsável pela biblioteca, para que a estética do livro fique um pouco mais atrativa e a capa original é jogada fora.

Outro fato a ser abordado em relação à leitura e às informações disponibilizadas aos detentos é que o acesso a revistas semanais de notícias e a jornais diários impressos inexistem, devido aos diversos conteúdos que eles podem conter e que são considerados inapropriados, por vários fatores, pela DISED. Quando ocorre doações de revistas ou jornais, feitas por funcionários ou comunidades externas, o material passa por avaliação de algum responsável pela segurança para remoção de páginas consideradas inapropriadas – com conteúdo potencialmente pornográfico, com alusão a crimes ou drogas, qualquer assunto considerado prejudicial ao bom funcionamento do sistema penitenciário – que são extraídas antes de serem disponibilizadas aos apenados, mas, na maioria das vezes, o material é jogado no lixo.

A partir do inaccessos a materiais escritos atualizados, como jornais e revistas, há preferência dos detentos por rádio e televisão para se manterem informados e como forma de entretenimento. Logicamente que não são todas as celas que possuem eletrônicos informativos, mas as informações vão sendo passadas entre os apenados. Dessa forma, alguns deles se mantêm informados de todos os acontecimentos sociais externos, possibilitando que tenham opiniões formadas, muitas vezes, e, com tais informações, conseguem tecer várias críticas sobre assuntos polêmicos ou não.

Ressaltamos que, apesar da diversidade de formas de estudos, quantidade de projetos aplicados e disponibilizados, o ambiente penitenciário não facilita a execução perfeita de nenhum deles. As dificuldades são as mesmas no que tange à frequência dos alunos. O número, em todos os casos, nunca é o exigido nas listas de retirada produzidas pelo CEEBJA e aprovadas pela DISED e as narrativas/desculpas são sempre as mesmas – a penitenciária está sob risco de rebelião, falta de disposição dos

detentos ou dos agentes, mal-estar físico ou psicológico, preferência por outras atividades etc. – e de várias pessoas distintas, contando com agentes e detentos, o que impossibilita a conclusão do motivo verdadeiro do não funcionamento perfeito dos projetos.

A penitenciária em que o estudo foi realizado conta com uma comunidade encarcerada de mais de mil detentos, os quais possuem disponíveis para moradia uma estrutura de três blocos e cada um com três andares para serem divididos, contando com o número de celas de 240 no total. Cada cela suporta 5 detentos, teoricamente, os quais são distribuídos conforme o crime cometido, o pertencimento a alguma facção criminosa, o comportamento com outros detentos, formação acadêmica, parentesco, entre outros critérios que contribuam para o bom funcionamento do sistema penitenciário, pois, devido à quantidade de detentos e os riscos oferecidos à penitenciária, a administração necessitou tomar medidas para dificultar cada vez mais que informações, como combinarem rebeliões, fugas, falarem sobre detentos específicos que devem ser punidos, entre outras, que determinados assuntos podem prejudicar o bom funcionamento, a ordem e a segurança do estabelecimento penal.

A quantidade de presos em um espaço limitado faz que a comunicação seja proibida, para que informações prejudiciais à ordem não sejam passadas. Ou seja, as formas de comunicação entre os detentos são controladas o máximo possível. São proibidos de conversarem nos corredores da penitenciária, de fazerem rodas de conversas no pátio, no momento de sol. Essas atitudes fazem parte da história dos sistemas penitenciários, já que, nos anos iniciais de formação de tal método punitivo, a comunicação era vedada, o silêncio era imposto aos presos. Para especificarmos o sistema protagonista de tal regra, citamos o Sistema Alburniano, que era mantido em Nova York, em 1818, na cidade de Alburn. Esse sistema tinha como principal característica a imposição de “silêncio absoluto” aos detentos para que a reflexão fosse possível (FOUCAULT, 2013, p. 123).

A imposição do silêncio dentro dessa sociedade faz que os detentos tomem providências, criem formas de burlarem as normas do controle de segurança. Sendo assim, vários métodos comunicativos foram criados para que a interação entre eles fosse possível. Entre várias formas, está uma espécie de “LIBRAS” adaptada por eles,

a qual é utilizada quando não podem usar a linguagem verbal e não há nenhum agente penitenciário observando.

A adaptação dessa forma de comunicação não corresponde ao padrão oficial da língua de sinais, mas o objetivo não é a formalidade, e sim a comunicação ser eficiente ao alocutário e imperceptível aos interceptadores; além disso, é uma forma segura de passar informações, pois são poucos os agentes que têm conhecimento da “LIBRAS”, sendo assim, a informação se faz particular para quem sabe usá-la.

Esse é um dos métodos que surgiu devido à imposição do Sistema Alburniano, pois a regra do silêncio obrigou a criação de métodos para interação e um deles foi

[...] com as mãos, formando uma espécie de alfabeto, prática que até hoje se observa nas prisões de segurança máxima, onde a disciplina é mais rígida. Usavam, como até hoje usam, o processo de fazer sinais com batidas nas paredes ou nos canos d'água, ainda, modernamente, esvaziando a bacia dos sanitários e falando no que chamam de *boca do boi* (PIMENTEL, 1983, *apud* GRECO, 2015, p. 123).

Há, logicamente, várias outras formas de uso da linguagem não verbal desenvolvidas pelos detentos ao longo da história, algumas contam com sinais decifráveis por qualquer receptor e outros que são conhecidos apenas pelos detentos. Um caso a citarmos como exemplo é o das tatuagens. Nessa linguagem visual, cada desenho e localização do corpo que é feito agrega um significado, ou seja, as tatuagens servem como forma de identificação do detento, mostrar a que grupo criminoso ele pertence e até mesmo o crime cometido por ele. Há vários exemplos a serem citados, mas nos restringiremos a alguns específicos, como uma cruz tatuada nas costas, significando que o sujeito é de alta periculosidade. Um palhaço tatuado, em qualquer parte do corpo, representa que o portador do desenho já assassinou policial, enquanto cada esfera contida no chapéu do palhaço representa um policial assassinado. Há ainda aquela que representa que o sujeito pertence a alguma facção criminosa, como o desenho de uma carpa (peixe) ou o número 1533, independentemente da localização da tatuagem (PAREDES, 2003).

Para ressaltarmos como a comunicação dentro do sistema penitenciário é desenvolvida, vale abordarmos ainda um exemplo muito interessante, focado nos adereços usados pelos detentos ou forma de utilização das roupas, pois cada recurso

comunicativo é usado por eles para interação. Quando um detento anda mostrando um pedaço da roupa íntima (cueca), geralmente o elástico superior, significa que tal preso está disposto a ter relações sexuais com outro(s) detento(s). Essas formas comunicativas são desenvolvidas principalmente para eles mesmos, aliás, eles são os maiores interessados em manter comunicação sem serem percebidos pelas autoridades. Além disso, evitam que uma linguagem mais incisiva desrespeite um outro detento que não concorde com a ideia, por exemplo, a relação homossexual.

Essa imensa quantidade de formas comunicativas faz parte da linguagem e da comunicação dos detentos e, cada vez mais, eles conseguem se comunicar sem serem percebidos, porém isso gera grandes desafios aos agentes penitenciários, pois devem fazer o possível para decifrar esses códigos, uma vez que saber o que está sendo transmitido pode ser totalmente necessário para manter a ordem no local. Por exemplo, a questão da relação sexual entre detentos: se esse sinal for entendido de forma errônea por um detento contrário à tal ação, pode gerar desentendimento entre os sujeitos e prejudicará o bom funcionamento do presídio. Se o agente entender e antecipar essa ação, é muito mais fácil de manter o controle da situação, pois pode providenciar estratégias que evitem tumulto, como a transferência do detento a outra galeria ou cela.

Porém, a diversidade de linguagem não se dá apenas para dificultar a interpretação dos agentes, porque estes também usam linguagens que dificultam o entendimento dos detentos, no caso, os códigos usados via rádio, o chamado Código “Q”. Esse código é utilizado internacionalmente em comunicação via rádio, porém, com o tempo e a convivência, mesmo sem se comunicar via rádio, os detentos aprendem alguns desses códigos, seus usos e significados, fazendo com que, quando um código seja usado, o detento consiga interpretar a mensagem, pois já possui conhecimento do que está havendo dentro da penitenciária. Como exemplo, citamos o código “QTA”, que significa que a ação ou informação transferida anteriormente deve ser cancelada.

Os detentos utilizam-se de qualquer pedaço de papel escrito que estiver à disposição deles, geralmente pequenos e fáceis de esconder, para escreverem mensagens a outros detentos. Esses papéis escritos são conhecidos como “pipos” – práticas discursivas escritas recorrentes na sociedade encarcerada. Esses “pipos”, na

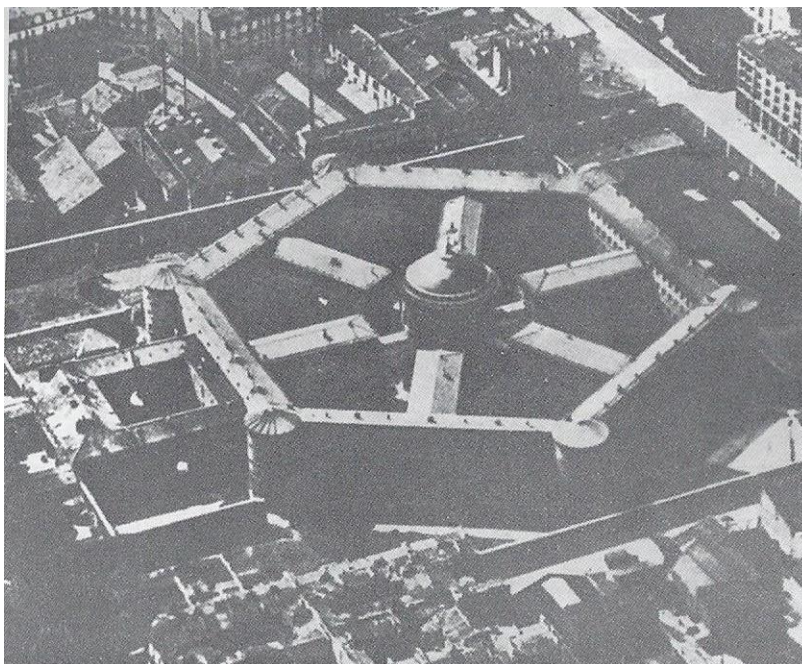
maioria das vezes, não contêm uma linguagem clara, já que as mensagens contidas neles não devem ser interpretadas por qualquer sujeito. Eles são escritos com muitos códigos e gírias específicas daquele meio, dificultando a interpretação, caso um receptor inesperado ler (um agente ou outro detento). Esses códigos mencionados são palavras e frases escritas em Língua Portuguesa, porém não farão sentido a não ser que o receptor partilhe do mesmo contexto do emissor e possua conhecimentos dos vocábulos utilizados.

3.4. Do “silêncio” aos “pipos”

Os vários modelos de prisões foram evoluindo assim como as penas, dessa forma, cada vez mais, os acusados/condenados precisavam se acostumar à situação na qual se encontravam. Assim, foi criado por Bentham um modelo específico de prisão, o *Panóptico*. Esse modelo se baseia na possibilidade de visão total sobre os encarcerados para que nenhuma ação dos detentos passe despercebida e para que eles sintam a todo momento que estão sendo vigiados, de forma que reflitam para fazerem qualquer ação não permitida.

Um prédio construído em forma de círculo e que é formado por várias celas, as quais podem ser totalmente observadas por um responsável que fica em uma torre construída no meio do círculo. Essa pessoa tinha total visão sobre todos os presos, porém eles não conseguiam vê-la de forma alguma e em nenhuma localidade. Sendo assim, ficavam 100% do tempo acreditando que estavam sendo vigiados.

Figura 1



FOUCAULT, 2013, Capítulo II.

Foi com a criação desse modelo de construção carcerária que as várias formas de comunicação não falada passaram a ser desenvolvidas, já que os detentos eram vigiados a todo momento, estavam sob proteção contínua, mas, principalmente, evitavam conversas entre eles (GRECO, 2015, p. 190).

Aos olhos de vários estudiosos, o modelo de *Panóptico* é visto de uma forma, com uma função e uma estrutura, mas, aos olhos de Foucault (2013, p. 193), o modelo estrutural de Bentham tem mais utilidade que apenas vigiar detentos, o autor ressalta que

pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos. Tentar diversas punições sobre os prisioneiros, segundo seus crimes e temperamento, e procurar as mais eficazes. Ensinar simultaneamente diversas técnicas aos operários, estabelecendo qual é a melhor. Tentar experiências pedagógicas – e particularmente abordar o famoso problema da educação reclusa, usando crianças encontradas [...].

Com esse modelo de prisão, veio como pena também a imposição do silêncio, uma vez que os detentos eram vigiados 24 horas por dia. Devido à necessidade de desenvolverem formas comunicativas que englobassem estratégias não perceptíveis ao observador e de não usarem a fala, foi de extrema importância criarem várias formas de comunicação. Nesse período, usavam principalmente gestos ou sons que não eram percebidos pelos agentes, conseguindo, a partir disso, quebrar uma das punições, a do silêncio. A evolução comunicativa também aconteceu com o passar dos anos, várias outras formas comunicativas foram criadas, ficaram mais viáveis e eficazes, como é o caso dos *corpora* aqui utilizados: os denominados “pipos”.

O silêncio não deve ser visto aqui como “1 Ausência de som ou ruído. 2 Condição de quem fica calado. 3 Interrupção de comunicação” como aborda Bechara (2011, p. 1047), mas como abordado pelo viés da Análise do Discurso, segundo Orlandi (2007, p. 13), que ressalta que os sentidos não param, eles se alteram conforme a condição e é no silêncio que os sentidos são produzidos, pois o

silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito.

Assim, a imposição do silêncio aos apenados fazia com que não se comunicassem verbalmente, mas possibilitava que os sujeitos significassem, já que os discursos são atravessados por vozes que os constituem e que significam, afinal o discurso é a materialidade do contato que há entre a língua e a ideologia.

A imposição do silêncio, apesar de ter surgido com o *Panóptico*, existe até hoje nas penitenciárias, o que dificulta a comunicação entre os detentos, ainda mais por ainda se manter o modelo de Bentham como principal estrutura carcerária. Sendo assim, os “pipos” foram criados e, a partir da condição na qual os sujeitos encontram-se, o “silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer” (ORLANDI, 2007, p. 70), de forma que a significação fique cada vez mais ampla, uma vez que os sentidos dependem de vários fatores, como formações discursivas, condição de produção, entre outros já citados.

Capítulo IV

O ethos implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar (AMOSSY, 2017, p. 72).

IV. Argumentação e discurso

Os discursos são argumentativos por natureza, uma vez que, como vimos, são compostos por vários traços ideológicos e históricos, ou seja, todo “sujeito é histórico e social, acha-se inserido em contextos mais amplos que ele próprio” [...] (MARCUSCHI, 2008, p. 122).

Os sujeitos são atravessados por vozes conforme o tempo passa e a história é contada. Fiorin (2006, p. 60) menciona a relação/influência que as vozes possuem na sociedade, dizendo que

A História não é exterior ao sentido, mas é interior a ele, pois ele é que é histórico, já que se constitui fundamentalmente no confronto, na contradição, na oposição das vozes que entrecrocamos na arena da realidade.

A história depende das vozes que a constituem, portanto tais vozes representam a “constituição/formação” dos sujeitos e isso acontece historicamente, uma vez que as ideologias são passadas a partir da história e cabe aos sujeitos de determinada época abordá-las/adaptá-las e transformá-las em vozes “dominantes”, ou seja, discursos a serem seguidos pelos sujeitos constituintes daquele momento histórico e que estão submissos às regras de um poder dominante (MARX; ENGELS, 1998).

Nesse sentido, os sujeitos são “atravessados” por vozes/discursos já produzidos anteriormente (historicamente), nenhum sujeito é dono de seu discurso e todo discurso já foi produzido por alguém, em algum lugar e época. Bakhtin (2000, p. 291) ressalta isso, ao citar que

O desejo de tornar seu discurso inteligível é apenas um elemento abstrato da intenção discursiva em seu todo. O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores [...].

Com isso, vemos que não há discurso original e, sim, que todos os discursos já foram proferidos por outro sujeito, já que os discursos são passados por meio da

história e da comunicação para os próximos sujeitos que constituirão uma nova geração da sociedade. Reforçando essa ideia, Marcuschi (2008, p. 68) argumenta que “não falamos, e sim um discurso anterior fala através de nós, que tudo é repetição, não há discurso novo”.

Seguindo o mesmo pensamento de Bakhtin e Marcuschi, Fernandes (2005, p. 28) cita que

O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e *intervém a título de* condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico.

Fernandes reforça a ideia de que o pensamento/discurso depende da situação na qual o sujeito enunciadore se encontra, ou seja, depende da condição de produção em que o sujeito está inserido, como é o caso dos “donos” dos discursos que foram abordados neste trabalho, que estão inseridos fora do contexto no qual “adquiriram” a formação ideológica e a formação discursiva “original”. Agora, encontram-se em um contexto diferente do que estavam acostumados, do qual foram criados, necessitando da adaptação ao contexto, ou melhor dizendo, da adaptação/submissão às condições de produção presenciadas por eles enquanto detentos.

Fernandes (2005, p. 35) acredita que

A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico. [...] Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz.

Podemos dizer que, a partir das vozes, um sujeito pode ser “analisado/julgado”. Já fazendo referência aos *corpora* do trabalho, os sujeitos detentos, assim como qualquer sujeito, possuem várias vozes e, a partir do uso dessas vozes, é possível perceber a condição na qual o sujeito está inserido. Quando necessário, fazem adequações vocabulares, uma vez que seu alocutário é alterado.

Como estratégias argumentativas, em uma delas, os sujeitos assumem posições discursivas variadas de acordo com a condição de produção, a fim de se adequarem ao alocutário e demonstrarem sua posição social a partir do “pipo”, da linguagem usada

nele, ou seja, alternam a posição sujeito a todo momento de forma a conseguirem (tentarem conseguir) o que desejam, ou necessitam, sendo informação ou pedir algo.

Fazendo junção à fala anterior de Fernandes (2005), Bakhtin (2000, p. 316) cita que os enunciados se conhecem, que

[...] não são indiferentes uns dos outros nem auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal.

Toda essa constituição histórica compõe uma estrutura baseada em outra, mas que não mantém o mesmo sentido, nenhum sentido concreto, e sim que os enunciados são repletos de “ecos”, ou seja, de conteúdos anteriores que os constituem.

Para retratarmos os sujeitos, a produção dos discursos e a argumentação, usaremos Brandão, para quem “A linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social. Ela não é neutra e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 11).

Percebemos que o discurso não é homogêneo e sim heterogêneo, contendo vários sentidos e não apenas um. Dependendo da interpretação, ideologia, da memória discursiva do sujeito e das condições de produção, o sentido alterna-se, pois os discursos são atravessados de significados sociais.

Como os sujeitos são constituídos por vozes, são essas vozes e a formação discursiva que o sujeito possui que possibilitam “interpretar” o discurso emitido a ele, sendo um discurso completo ou que possua lacunas, as quais são completadas devido à memória discursiva e às condições de produção do sujeito receptor.

4.1. *Ethos* e argumentação

A Retórica é a ciência mais antiga relacionada ao discurso, abordando diretamente a linguagem. Surgiu no séc. V a.C., por meio de um “tratado” de argumentação realizado por Córax e Tísias (considerados os primeiros retores), no intuito de ensinarem as pessoas a recuperar terras tomadas de seus proprietários pelos

governantes da Sicília. Foi a partir desse tratado que foram estabelecidas as regras forenses, que foram ensinadas aos gregos como forma de defender seus direitos. O objetivo dos ensinamentos dos retores era preparar os cidadãos para defenderem seus direitos em praça pública, uma vez que não havia ninguém para representá-los e também para prepará-los de forma que pudessem discursar e demonstrar o poder argumentativo da língua, ganhando, assim, a própria causa.

Dessa forma, existia, em Atenas, a lei que submetia todos os cidadãos à mesma lei, garantindo direitos iguais a todos. Sobre tal governança, Plantin cita:

Toutes les sciences humaines ont leurs mythes fondateurs. Ceux de l'argumentation sont certainement parmi les plus anciens, puisqu'ils remontent au V^a siècle avant J. – C. On raconte qu'à cette époque la Sicile était gouvernée par deux tyrans, qui avaient exproprié les terres pour les distribuer à leurs soldats. Lorsqu'en 467 av. J – C. une insurrection renversa la tyrannie, les propriétaires spoliés réclamèrent leurs terres et des procès sans fin s'ensuivirent. C'est dans ces circonstances que Corax et Tisias auraient composé la première "méthode raisonnée pour parler devant le tribunal, em d'autres termes le premier traité d'argumentation (PLANTIN, 1996, p. 04).⁸

A retórica passa a ser essencial para os cidadãos atenienses, uma vez que a arte de convencer e persuadir faz-se necessária para a exposição de defesa em praças públicas, em assembleias políticas, nos tribunais etc. Há a necessidade de que os defensores dominem tal habilidade, para que o interlocutor seja convencido de que o acusado é inocente (DUCROT; TODOROV, 1972).

Foi na metade do século V a.C. que surgiram os sofistas (pré-socráticos), portadores de conhecimentos enciclopédicos, em Atenas, com o objetivo de mudar a educação grega. Ao invés de formarem apenas guerreiros, também formariam, por meio da Retórica, pensadores para a participação na democracia. Sendo assim, os cidadãos atenienses não usariam apenas o poder físico para convencimento, mas,

⁸ Todas as ciências humanas têm seus mitos fundadores. Os da argumentação são, certamente, os mais antigos, já que remontam ao século V a. C. Conta-se que, nessa época, a Sicília era governada por dois tiranos que tinham expropriado as terras para distribuir a seus soldados. Quando em 467 a. C. uma insurreição destruiu a tirania, os proprietários espoliados reclamaram suas terras e processos sem fim seguiram-se. Foram nessas circunstâncias, que Coráx e Tísias teriam composto o primeiro "método da razão", em outras palavras, o primeiro tratado de argumentação (Tradução nossa).

principalmente, o poder das palavras, assumindo assim, uma posição crítico-social, fazendo parte de discussões filosóficas, políticas e sociais.

O orador grego Górgias (487 a. C. – 380 a. C.), posteriormente, introduziu, na retórica, perspectivas artísticas e literárias, de forma que os argumentos ficassem mais “fortes” perante o júri, pois acreditava em que a linguagem por si só possuía recursos persuasivos, os quais deveriam ser usados de forma a desenvolver com eficácia a argumentação. Assim, a Retórica tornou-se uma arte suprema do convencimento e da persuasão, desenvolvendo três vertentes de discussão – a) forense; b) político; c) epidítico. Além disso, com a arte da argumentação, “Os sofistas foram com certeza os primeiros pedagogos, e o objetivo de sua educação não deixa de ser nobre: capacitar os homens ‘a governar bem suas casas e suas cidades’” (REBOUL, 1998, p. 10).

A Retórica, de forma alguma, deve ser considerada neutra, já que assume caráter totalmente persuasivo, como aborda Barilli (1987). Porém, essa arte não era focada na verdade, mas no poder de persuasão do emissor, sendo atribuído a ela apenas caráter formal. Tais características dos sofistas passam a ser criticadas por Platão, o qual aborda que essa arte é usada para manipulação, não possuindo caráter moral. Ou seja, “A finalidade dessa retórica não é encontrar o verdadeiro, mas dominar através da palavra; ela já não está devotada ao saber, mas sim ao poder” (REBOUL, 1998, p. 10).

Isócrates, outro retor, fez diversos trabalhos sobre a importância da estética no discurso argumentativo. Defendeu muitas ideias a partir de problemas sociais de sua época e fundou a primeira escola de oratória, em Atenas, que fez muito sucesso, afinal, a necessidade de argumentação era grande e, naturalmente, havia vários professores que garantiam que essa estratégia política fosse ensinada aos interessados. Os sofistas possuíam como poder de convencimento uma “perigosa” arma, a Retórica.

Os conflitos argumentativos tiveram continuidade, mais evidente, no século IV a. C., pois filósofos defendiam pontos contra a política entre Atenas e Macedônia. Demóstenes, considerado príncipe da oratória da Antiguidade, um dos retores que foram contra Filipe da Macedônia, teve seus discursos classificados em três vertentes: para causas privadas; para causas públicas; para assembleias. Assim, a prática dos discursos começou a ser classificada.

Aristóteles (383 – 322 a. C.), discípulo de Platão, foi o primeiro historiador e sistematizador do pensamento grego, desenvolvendo a “Arte Retórica” – a qual procura informação para persuadir em qualquer área. Para ele, a persuasão está ligada a três fatores principais: o caráter do orador (*ethos*); as disposições que se colocam os ouvintes (*pathos*); o próprio discurso (*logos*). Ainda aborda que a elaboração de um discurso é dividida em cinco partes: invenção; disposição; elocução; memorização; ação.

Ele definiu que os discursos são caracterizados de acordo com o objetivo desejado e o auditório ao qual o discurso será exposto, classificando-os em:

o judiciário (ou forense) – que diz respeito à capacidade de persuasão para acusar ou defender alguém frente ao tribunal; o deliberativo (ou político) – cujo objetivo era aconselhar ou desaconselhar alguém que iria tomar alguma atitude problemática, sanando, principalmente, problemas ligados ao povo; e o epidítico (ou cerimonial) – que objetivava louvar ou censurar alguém, publicamente (CORDEIRO, 2009, p. 22).

A partir do pronunciamento do discurso, também havia necessidade de expor fatos/provas que comprovassem o que estava sendo defendido, essas provas eram classificadas de duas formas. A primeira são as não artísticas, que são elementos concretos, relacionados a testemunhas, documentos etc., e a segunda são as provas artísticas, que são focadas nos argumentos criados/definidos pelo autor, os quais possuem três classificações: uma baseada no *ethos*, a qual está ligada diretamente ao caráter do orador e ele faz uso desse caráter social, dessa credibilidade para defender a causa; a focada no *pathos*, que envolve as emoções do auditório, ou seja, o autor busca, por meio da subjetividade, do sentimentalismo, convencer o auditório; e as focadas no *logos*, ligadas à razão, ou seja, passa a ser incontestável, uma vez que se utiliza de argumentos concretos, reais. São essas três vertentes que compõem a arte de argumentar. Como define Osakabe,

O ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos: um ato de “promover” o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de “envolvê-lo” de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de “engajar” o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política (OSAKABE, 1999, p. 10).

Com tal propósito, a Retórica foca no domínio do discurso de forma geral, englobando todos os níveis discursivos para que tenha maior sucesso de acordo com o objetivo e o público determinado. Torna-se essencial que o orador conheça o público ao qual está se referindo, uma vez que o principal ato é convencê-lo de algo por meio do poder das palavras. Sendo assim, quanto mais o enunciador conhecer seu público-alvo, possivelmente, mais argumentativo e bem-sucedido seu discurso será.

Foi com Aristóteles que a persuasão passou a ser vista como técnica e a Retórica passou a se transformar em “ciência”, uma vez que, em um *corpus*, o discurso/a linguagem começa a estipular categorias, normas que determinam a persuasão como ação de provar algo a partir do raciocínio, dos signos, ou seja, componentes que definem a ação persuasiva a partir da argumentação.

Apesar da definição de gêneros de Aristóteles ser antiga, ainda hoje são percebidas nas práticas da linguagem. Por exemplo, o discurso judiciário definido por ele, hoje pode ser percebido

[...] em manifestos, cartas abertas e notas oficiais, denunciando ou inocentando pessoas e atos. Atente-se para documentos dessa natureza publicados nos jornais e na imprensa televisiva, para corrigir boatos, desfazer equívocos ou rebater acusações. Trata-se, por este meio, de dar uma satisfação à comunidade, preservando ou alterando uma determinada imagem de si mesmo, indivíduo ou instituição (MOSCA, 1997, p. 33).

Afirmamos com isso, que os discursos são criados como formas argumentativas por natureza, as quais são alteradas de acordo com o auditório ao qual são destinados e, para eficácia argumentativa, cabe ao orador usar recursos, tanto objetivos quanto subjetivos, de forma que o receptor do discurso seja convencido da “razão” exposta a ele por meio daquele gênero.

No séc. II a. C., a arte da Retórica chegou a Roma, junto com os oradores gregos, com objetivo de ensinar e estimular a arte da oratória, mas é no séc. I a. C., com Marco Túlio Cícero, que ganha maior força.

Na Idade Média, a Retórica começou a ser introduzida em outras áreas, como faz Ovídio nas poesias latinas e Sêneca na tragédia. Foi a partir de Quintiliano que a

Retórica foi introduzida no ensino, como formação cultural do bem falar, da interpretação e do escrever bem.

Com toda evolução de pensamento e conceitual, a Retórica foi enfatizada no Brasil do século XVI ao XVIII, quando se fundou uma escola de Retórica e Poética, em 1782, que objetivou a preparação dos sacerdotes da Companhia de Jesus.

O declínio da Retórica ocorre no começo do século XX, porém, a partir de tal baixa, ainda no século XX, novas áreas somaram-se à Retórica, [...] “hoje em dia, são a Estilística, a Análise do Discurso, a própria Lingüística que retomam, numa perspectiva diferente, os problemas que constituíam o objeto da Retórica” (DUCROT e TODOROV, 1972, p. 80). Com isso, essa arte tão antiga começou a ser recuperada, já que faz parte importantíssima da história da humanidade.

A maior revalorização da Retórica ocorre na metade do século XX, no momento em que passa a ser marcada por estudos de diferentes campos que agora compõem a sociedade. Conforme Oliveira (2004, p. 119),

O século XX, depois de assistir ao aparecimento das teorias estilísticas de Bally e Vossler, presencia um verdadeiro processo de revalorização da Retórica, pois a segunda metade desse século é marcada pelos estudos sobre a argumentação, reflexões que perpassam pelos vários ramos do campo da linguagem: Nova Retórica, Análise do Discurso, Pragmática, Análise da Conversação, Teoria dos Atos de Fala, Teoria da Enunciação e Semântica Argumentativa, entre outros.

Com a evolução teórica, diferentemente da Retórica, o sujeito não é mais visto como ser passivo, pois Émile Benveniste, precursor da Teoria da Enunciação, desenvolve uma teoria na qual há a (inter)subjetividade na linguagem, ou seja, agora a relação entre os sujeitos é vista a partir da interação comunicativa, da língua em movimento, já que “a língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade se liberta e se cria, atinge o outro e faz-se reconhecer por ele” (BENVENISTE, 1995, p. 84).

De fato a Retórica tem sido colocada à prova pelos mesmos princípios que a nortearam internamente e que fazem com que ela floresça sempre: aceitação da mudança, o respeito à alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades (MOSCA, 1997, p. 17).

Dessa forma, há um estado intersubjetivo de cada sujeito, o qual é adequado à situação comunicativa, como Castro (1996, p. 31) afirma:

a intersubjetividade é o estado resultante do ato comunicativo. Ela representa a transcendência do mundo privado de cada um dos participantes no diálogo: fala-se a partir das ‘premissas do ouvinte’ e ouve-se a partir das ‘premissas do falante’. Há, pois, uma condição para o sucesso do ‘estado intersubjetivo’: é preciso tomar o papel do outro.

A arte de argumentar passou por várias reflexões e alterações até chegar ao que se chama hoje de Teoria da Argumentação na Língua ou Semântica Argumentativa, criada inicialmente por Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre e reformulada, posteriormente, por Oswald Ducrot e Maron Carel.

A Semântica Argumentativa possui como principal objetivo estudar “o sentido linguístico que se produz, não da língua, mas no discurso, ou seja, no emprego da língua” (BARBISAN, 2013, p. 21). Porém, essa teoria não vê a linguagem como objetiva, mas sim como subjetiva, já que a continuação por outras palavras é passível de sentido e ainda de um interlocutor, como ressaltam Barbisan e Graeff (2016, p. 65), citando que “A teoria da Argumentação na Língua rejeita o aspecto *objetivo*, considerando que a linguagem não descreve diretamente a realidade. Ela só o faz pelos aspectos subjetivos e intersubjetivos”.

A Semântica Argumentativa aborda como corpus qualquer discurso, uma vez que todo discurso é argumentativo, como Koch (2011, p. 17) salienta:

[...] o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.

Há ainda a necessidade da definição de *pathos*, *logos* e *ethos*, uma vez que todo discurso é produzido por alguém a alguém, tendo assim o objetivo de convencimento ligado à imagem que o receptor tem do produtor, mesmo que seja a partir de estereótipos, que é o principal pressuposto visual dos sujeitos envolvidos.

Aristóteles classificou *Ethos* (razão) como “o caráter do orador”, explicando que é a imagem que o orador cria dele mesmo através do discurso, o que não significa que a imagem apreendida pelo receptor corresponda exatamente à imagem do primeiro. O *Ethos* tem como objetivo persuadir de forma positiva o receptor a quem o discurso é destinado e, para tanto, diversos elementos são necessários, tais como roupas, apresentação pessoal, tom de voz, gestualidade, entre outros elementos que, agregados, constroem uma imagem de um orador.

Pathos (emoção) é citado como “as paixões despertadas no ouvinte”, que são nada mais que as impressões causadas no receptor de determinado discurso por meio do *Ethos*, com a finalidade de persuadir/convencer o receptor.

Há ainda o *Logos* (lógica), que é citado como “o próprio discurso”, o meio utilizado para raciocinar e convencer o receptor de que determinado discurso se constitua em um fato lógico, palpável.

Para Aristóteles, a união de *ethos*, *pathos* e *logos* constroem a competência argumentativa do sujeito.

A definição de *ethos* pode ser resumida na imagem que o interlocutor cria de seu locutor – positiva ou negativa – de forma que essa imagem influenciará na argumentação que estará no discurso produzido, o *logos*. Enquanto o *pathos* refere-se à emoção, ao sentimento que o receptor possui a partir da situação (AURÉLIO, 2012).

Mais tarde, a visão de *Ethos* de Aristóteles é expandida por Maingueneau, que a abordou na Análise do Discurso de Linha Francesa. Dentro desse campo de estudo, o *Ethos* é apresentado em situações discursivas diversas que se estendem aos enunciados orais, escritos, na modalidade verbal, visual, ou verbo-visual, representando uma pessoa ou até mesmo uma ou várias instituições.

Para Maingueneau, “a Retórica antiga organizava-se em torno da palavra viva e integrava conseqüentemente, à sua reflexão, o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação” (1997, p. 46). Com isso, os retóricos focavam seus estudos no discurso falado, que, por consequência, expunha o orador fisicamente e isso possibilitava que o auditório criasse uma imagem desse sujeito.

No entanto, a Análise do discurso não foca na constituição de *Ethos* no discurso falado apenas, mas também nos textos escritos, nos quais o leitor pode observar

também a forma de escrever, caráter, tom, entre outros aspectos – o que possibilita, ao enunciador, uma determinada imagem a partir de outra. Esse conceito permite que os receptores criem a imagem do enunciador baseada em estereótipos estabelecidos socialmente. Ou seja, o enunciador possui marcas sociais e históricas que constituem sua imagem. Com isso, o *Ethos* é o ato de interação entre enunciador e receptor, pois há a imagem que o enunciador cria de si e a sua imagem depreendida pelo receptor.

Maingueneau cita que é através do *Ethos* que “o enunciador se investe de uma identidade e confere uma a seu ouvinte/leitor” (2000, p. 177), isto é, a partir do *Ethos* que o enunciador se “impõe” ao seu leitor/ouvinte, proporcionando a construção de sua imagem.

Independentemente da sinceridade do orador, é através do *Ethos* que ele demonstrará ao receptor o que quer/pretende, criando sua imagem através do discurso e estabelecendo/persuadindo o receptor por meio dessa imagem que foi formada.

O *Pathos* ainda é visto como emoção. A facilidade de captar o receptor pela emoção é mais adequada para convencê-lo que pela razão. E o *Logos* também mantém a mesma definição atualmente.

Maingueneau diferencia o conceito de *ethos* aristotélico, imagem produzida no discurso direto, e o conceito de *ethos* na Análise do Discurso, uma vez que os conceitos foram formulados em épocas diferentes e com condições diferentes, abordando que o *ethos* é mutável.

A meu ver, a noção de *ethos*, que mantém um laço crucial com a reflexividade enunciativa, permite articular corpo e discurso para além de uma posição empírica entre oral e escrito. A instância subjetiva que se manifesta no discurso não se deixa conceber apenas como um astuto (professor, profeta, amigo...) associado a uma cena genérica ou cenografia, mas como “voz” indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado. A retórica tradicional aristotélica ligou estreitamente o *ethos* à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembléia, tribunal...), mas cremos que, em vez de reserva-la para a oralidade, solene ou não, é preferível alargar seu alcance, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos (MAINGUENEAU, 2008, p. 17).

Salientamos que o ato discursivo/persuasivo é visto aqui como interação entre locutor e alocutário, não como inicialmente em Aristóteles, apenas pela linguagem oral,

mas tanto pela oral, quanto pela escrita, porém principalmente pela escrita, já que o *corpus* deste trabalho baseia-se nela. Dessa forma,

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos (AMOSSY, 2018, p. 120).

Sendo assim o *ethos* vai, hoje, muito além de sua formulação inicial. Amossy (2018) divide o conceito de *ethos* de duas formas: o *ethos* discursivo, que se baseia na imagem que o locutor transmite em seu discurso, de forma deliberada ou não; e o *ethos* prévio ou pré-discursivo que é a ideal que o alocutário faz do locutor por meio de conceitos pré-existentes, tendo a imagem de autoridade, como exemplo, de algum sujeito.

O *ethos* prévio é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu *status* e seu poder), mas também como base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa (AMOSSY, 2018, p. 90).

Salientamos que no contexto prisional o *ethos* é muito importante, não pensando em enunciação de forma oral, mas de forma escrita, por meio dos “pipos”, pois é a partir do vocabulário usado, saudações, despedidas que o detento assume a posição sujeito para tentar mostrar ao seu alocutário como deve ser visto, afinal

a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo (MAINGUENEAU, 2019, p. 13).

O detento tenta por meio do *ethos* discursivo transparecer uma “identidade” ao seu destinatário, de forma a focar no vocabulário mais adequado para tal comunicação, tanto com outros detentos quanto com algum funcionário da penitenciária, podendo o *ethos* ser mentiroso apenas para aumentar a possibilidade de persuasão, uma vez que o sujeito precisa mostrar um *ethos* parecido com o do “auditório”, para dar a impressão

que faz parte daquela categoria, que é um dos sujeitos que integra aquele círculo social (MAINGUENEAU, 2019).

Além do *ethos* discursivo, há, sem dúvida, no sistema prisional, o *ethos* prévio, pois trata-se de uma sociedade constituída por vários sujeitos e com imagens pré-estabelecidas socialmente. Sendo assim, Maingueneau (2019, p. 17), estabelece:

O *ethos* pode ser concebido como *mais ou menos fixo, convencional vs ousado, singular*. É evidente que existem, para um dado grupo social, *ethes* fixados, que são relativamente estáveis, convencionais. Mas não é menos evidente que existe também a possibilidade de jogar com esses *ethes* convencionais.

Dessa forma, o *ethos* é criado a partir de um conceito imaginário social, que é estipulado e mantido por meio de estereótipos de cada época, uma vez que a imagem do sujeito está ligada diretamente a padrões sócio-históricos definidos, ou seja, a eficácia da palavra acontece simultaneamente, não podemos dissociar o *ethos* discursivo do institucional, já que são baseados em interação social que engloba imagens simbólicas sociais de poder: [...] “o *ethos* não é somente uma postura que manifesta o pertencimento a um grupo dominante, ele é a imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes” (AMOSSY, 2018, p. 142).

Citamos um último conceito, o de estereótipo. Entendemos como uma representação ou imagem coletiva “engessada” de alguém ou algo, conceito passado culturalmente. Essa definição é usada, principalmente, nas ciências sociais, de forma que determina

as imagens do outro e de si que circulam em certa comunidade. Ela vem, nesse sentido, precisar o lugar-comum do qual constitui um aspecto particular na medida em que designa uma representação social, que é o prisma por meio do qual os interactantes percebem os membros de um grupo estrangeiro, ou a sua própria identidade (AMOSSY, 2018, 131).

Dessa forma, é impossível desvincular o conceito de *ethos* e de estereótipo, uma vez que os detentos apresentam imagens imaginárias pré-construídas pelos fatores históricos, sendo vistos de forma pejorativa tanto fora das penitenciárias como dentro delas, pelos funcionários, que os têm como transgressores das leis e não merecedores

de confiança, além da descriminalização também de seus vocabulários, pois não se enquadram dentro do português formal. Há também a descriminalização dos próprios detentos, já que as imagens obtidas por eles também se dão por meio do crime cometido, afinal, alguns crimes, como o estupro, são mal vistos pelos próprios criminosos.

A ideia de imagens é indispensável bem como seus fatores constituintes, pois as imagens constituídas sócio-historicamente dos sujeitos detentos determinam ao

auditório como devem ser vistos e tratados, afinal o *ethos* é dependente de imagens determinadas pelo imaginário social, o qual “se alimenta dos estereótipos de sua época: a imagem do locutor está necessariamente dominada pelos modelos culturais. É preciso, portanto, ter em conta a imagem que se atribui, em um momento preciso, à imagem do locutor ou à categoria da qual ele participa. É preciso ter acesso ao estoque de imagens de uma dada sociedade ou ainda conhecer a imagem pública de uma personalidade política ou midiática (AMOSSY, 2018, p. 92).

Assim como ressaltamos anteriormente, os discursos não são originais, todos são originalmente dependentes de outros discursos já proferidos e perpassados por ideologia, pois “não há *um* discurso ideológico, mas *todos* o são” (BRANDÃO, 2004, p. 30). Isto reflete em que o discurso, o *ethos* e o estereótipo estão, sem dúvida, diretamente ligados, já que

Todo enunciado retoma e responde necessariamente à palavra do outro, que está inscrito nele; ele se constrói sobre o já dito e o já pensado que ele modula e, eventualmente, transforma. Mais ainda, o locutor não pode se comunicar com seus alocutários. E agir sobre eles. Sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas familiares e crenças partilhadas (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2014, p. 216).

Os *ethe* fazem parte constituinte de todo indivíduo e de todo grupo social, constituem a sociedade e pré-determinam os sujeitos de acordo com o grupo social o qual pertencem ou o qual estão participando nos momentos de contato com o destinatário, ou seja,

Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um

“caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o *ethos* implica uma maneira de ser mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica... (MAINGUENEAU, 2019, p. 18).

Salientamos a importância do conceito de estereótipo e de *ethos* para nosso trabalho por tratarmos de um gênero produzido dentro de uma comunidade estereotipada socialmente de várias formas, desde os detentos até os colaboradores. Sujeitos que assumem posições discursivas distintas de acordo com a condição de produção na qual estão inseridos para que a interação e a relação de poder, ou ilusão dela, seja possível.

Capítulo V

O *ethos* é uma categoria sócio-discursiva, ou seja, não há como desvencilhá-lo do discurso, afinal, todo discurso é marcado sócio-historicamente e revela uma identidade, um processo ideológico. Ao entender o *ethos* como uma noção presa ao discurso, não podemos, conseqüentemente, colocá-lo apenas como um processo intencional, isto é, trata-se de um processo interativo, mas que pressupõe um sujeito revelado por meio de sua formação discursiva e, de certa forma, livre para dizer o que diz de acordo com as condições de produção do discurso (MACHADO e OLIVEIRA, 2013, p. 20).

V. Análise dos *corpora*

Como já dito as condições de produção afetam totalmente o discurso a ser produzido, uma vez que é a partir delas que as determinações discursivas são estipuladas. Além disso, vale salientar que todo sujeito é constituído sócio-historicamente, aprendendo com a situação na qual foi criado, lugares frequentados, grupos sociais, formação acadêmica. Dessa forma, a variação de conhecimento discursivo é inegável entre os sujeitos integrantes do sistema penitenciário (detentos e funcionários), porém, além de todos esses fatores, há a relação de poder discursivo que ocorre nesse contexto, pois, como aborda Foucault (2013, p. 123), “Estes saberes e estes poderes se encontram muito mais firmemente enraizados não apenas na existência dos homens, mas também nas relações de produção”. Portanto, é por meio dos “pipos” e vocabulário que a demonstração de integração a um grupo distinto do heterogêneo, sujeitos não encarcerados, tenta ser mostrada.

Há restrição comunicativa na penitenciária, um detento não pode se comunicar com ninguém sem autorização, contudo isso se intensifica quando se trata de comunicação entre detentos. A interação é totalmente vetada fora das celas e pátios para que mensagens que ameacem a ordem do sistema prisional não sejam transmitidas, afinal, como cita Goffman (2015, p. 58):

em algumas instituições totais, a equipe dirigente pensa que a solidariedade entre conjuntos de internados pode dar uma base para atividade combinada proibida pelas regras e por isso pode conscientemente tentar impedir a formação de grupo primário.

Sendo assim, quando os apenados enviam “pipos” entre eles, prática não autorizada, a ocultação de assuntos se faz necessária, assim como o uso de gírias, já que, dependendo do assunto tratado, a punição pelo poder institucional, como resalta Althusser (1980) ao citar os Aparelhos Repressores do Estado (ARE), é inevitável. Além disso, essa necessidade de ocultar assuntos faz que o vocabulário gírio seja extremamente usado, pois é o discurso pertencente àquela condição e a tentativa de que a mensagem não seja entendida por outra pessoa, que não seja o alocutário, é constante, por exemplo, se um agente penitenciário interceptar um “pipo”, terá

dificuldade, talvez, para interpretar a mensagem, já que não age como integrante daquela sociedade, mas como telespectador, ou seja, sendo, o agente penitenciário em contato direto com os detentos, o sujeito mais próximo e exposto à comunicação entre os detentos, os agentes penitenciários são capazes de interpretar os discursos dos detentos ou grande parte deles, pois esses vocábulos fazem parte de seu dia a dia (GOFFMAN, 2015).

Quando um detento adentra o sistema penitenciário, não conhece as práticas discursivas utilizadas naquele meio e, devido a isso, faz-se necessário que as adquira para que passe a fazer, sinta e seja reconhecido naquele meio social como sujeito integrante. Dessa forma, o detento começa a utilizar vocabulários adquiridos dentro daquela condição a fim de que os integrantes, outros detentos, reconheçam-no como participativo de tal meio. Bakhtin (2006, p. 121) ressalta muito bem a adaptação vocabular em meios sociais, quando afirma “que não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis”.

A maior parte da população apenada possui, no máximo, o Ensino Fundamental II completo, o que ocasiona, teoricamente, a falta de conhecimento da Língua Portuguesa (seus usos, regras, limitações...), de forma que os erros gramaticais são comuns nos “pipos”, mas, nessa pesquisa, isso não nos interessa, e sim toda adequação vocabular que ocorre para estabelecer comunicação coerente com seu receptor, já que “As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social” (FERNANDES, 2007, p. 22).

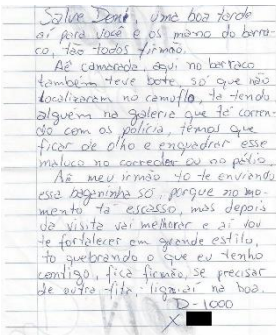
Quando o discurso dos detentos é destinado a um funcionário, a linguagem usada chega o mais próximo possível da formal, porém, quando um “pipo” é destinado a um detento, a linguagem é repleta de gírias e subentendidos, também por vários motivos, mas principalmente para que, caso seja interceptada, a possibilidade interpretativa seja menor. Koch (2017, p. 39) aborda que

Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor com base em seus conhecimentos prévios. Por essa razão, dependendo dos seus conhecimentos e do contexto, diferentes

interlocutores poderão construir interpretações diferentes do mesmo texto. Os textos só se tornam coerentes para o leitor/ouvinte por meio da inferenciação.

Essa prática de dificultar a compreensão e ocultação de sentido em “pipos” trocados entre detentos é frequente e perceptível por meio do contato com o discurso escrito, como abordado no “pipo” a seguir.

TRANSCRIÇÃO DO “PIPO” I



Salve Doni, uma boa tarde aí para você e os mano do barraco, tão todos firmão.

Aê camarada, aqui no barraco também teve bote, só que não localizaram no camuflô, tá tendo alguém na galeria que tá correndo com os polícia, temos que ficar de olho e enquadrar esse maluco no corredor ou no pólio.

Aê meu irmão, to te enviando essa baganinha só, porque no momento tá escasso, mas depois da visita vai melhorar e aí vou te fortalecer em grande estilo, to quebrando o que eu tenho contigo, fica firme, se precisar de outra fita, liga aí na boa.

D – 1000

X [...]

Percebemos, de início, que o enunciador usa uma alcunha (“Doni”) para se comunicar. O uso de alcunhas é comum dentro de tal sociedade por vários motivos: para tentar ocultar a quem é destinado o “pipo” e quem o escreveu, para demonstrar respeito, intimidade, por não saber o nome próprio do receptor, ou, ainda, para demonstrar como aquela pessoa é vista naquele contexto, usando o vocativo mais adequado naquela condição. Isso é demonstrado pelo uso de “Doni” e “D – 1000”, os apelidos utilizados no “pipo” que referenciam locutor e alocutário.

Além disso, o autor faz uso de vários vocábulos para demonstrar proximidade com seu alocutário, palavras socialmente usadas em grupos específicos para marcar cumplicidade, como o uso das expressões “Salve”, que demonstra saudação respeitosa naquele contexto; “os mano do barraco”, que demonstra a intimidade não apenas com quem receberá o “pipo”, mas que considera todos os sujeitos/habitantes daquele cubículo irmãos para ele; a palavra “camarada”, utilizada para iniciar o segundo parágrafo e reforçando essa ideia de cumplicidade por meio de um novo referente, além de, pensando em ideologia, política e história, o termo “camarada”, no latim, significa

“companheiro da câmara”. Importante abordar também que é um termo muito usado hoje, pois foi retomado pelo Partido Socialista Alemão, o que, pela memória discursiva, possibilita o “resgate” do significado; a expressão “meu irmão”, utilizada para iniciar o terceiro parágrafo e demonstrar a percepção do sujeito como um membro da família; também há o uso do verbo “ter” na primeira pessoa do plural (“temos”), de forma a ressaltar a cumplicidade, ou seja, a ação de observar e confrontar o sujeito que está em contato com os policiais não cabe apenas a um detento, mas pelo menos ao Doni e ao D – 1000.

As gírias são indispensáveis devido à necessidade de a mensagem ser interpretada apenas por sujeitos constituintes daquela sociedade, encarcerados, especificamente a quem o “pipo” é direcionado. Essa prática serve para ocultar assuntos, mas também para demonstrar poder, para demonstrar ao enunciatário que o enunciador faz parte da mesma sociedade que ele, afinal é a partir do vocabulário utilizado por eles em diferentes “pipos” que as formações discursivas são colocadas em prática para adequação vocabular à condição de produção daquele momento, de forma a demonstrar compatibilidade com o alocutário.

No “pipo” acima, as gírias e os não ditos⁹ constituem a maior parte do discurso, como perceptível pelo uso das gírias, como “mano”, “barraco”, “firmão”, “bote”, “camuflo”, “tá correndo”, “maluco”, “baganinha”, “to quebrando”, “fica firmão”, “fita” e “liga aí”. Essas palavras e expressões usadas demonstram mais que apenas a tentativa de ocultar assuntos, demonstram que o sujeito domina o discurso daquele local, pois os sujeitos são atravessados por vozes historicamente pronunciadas, as quais os constituem, sendo assim,

Não são os princípios da racionalidade, as estratégias discursivas e a maneira como consideram o auditório que determinam a “adesão”, mas os interesses definidos *a priori* pelos adeptos de uma posição cujos discursos legitimam posteriormente sua verdade, isto é, sua própria dominação. Só as posições no campo e na luta contínua pela dominação explicam as escolhas discursivas. Nesse campo de forças e de competição, qualquer exercício de fala é o álibi de um jogo que se joga alhures (AMOSSY, 2018, p. 142).

⁹ O não dito não deve ser visto aqui como o silêncio em sua qualidade física, como falta de significação, pelo contrário deve ser visto como sentido, como história e como material significante (ORLANDI, 2007, p. 68). Aqui, abordamos os não ditos como possuíntes de significação, uma vez que contemplam significados a partir dos ditos.

Ressaltamos que as gírias fazem parte do vocabulário próprio daquele grupo para trocarem mensagens entre eles, os integrantes daquela sociedade, os sujeitos detentos. Também há a possibilidade de percebermos que a mensagem é um retorno a uma já enviada por meio de algumas expressões, como “aqui no barraco também teve bote, só que não localizaram o camuflo”, abordando que a informação de que algumas autoridades haviam entrado na cela do “D – 1000”, encontrado o lugar que algo estava escondido e recolheram por ser proibido, ou seja, a comunicação faz-se presente entre os detentos, sendo ela por “pipos” ou por outras possibilidade, de forma que a continuidade de produções enunciativas mantêm-se e quanto mais discursos são proferidos/escritos, mais sentidos são produzidos.

Além disso, as lacunas presentes no discurso são usadas de forma que apenas o receptor as entenda e complete-as a partir do conhecimento já possuído sobre o tema tratado na conversa, que representa uma resposta, pois o enunciador usa a palavra “também” para retomar que o assunto já foi tratado, falando que está em situação semelhante; houve revista dos policiais em ambos os cubículos, mas, diferentemente do outro, no cubículo dele não acharam o local de esconderijo de algo, “camuflo”.

No trecho “temos que ficar de olho e enquadrar esse maluco no corredor ou no pátio”, há uma vasta interpretação, pois o “ficar de olho” pode representar tanto que eles precisam descobrir quem é a pessoa que está “correndo com os polícia”, quanto que eles sabem quem é o detento que está passando informação aos policiais ou equipe de segurança, mas precisam prestar mais atenção, observar mais e depois “enquadrar”/confrontar o sujeito para que essa situação não continue a se repetir. Além disso, para quê “enquadrar” o sujeito? Para conversar? Agredir? Ameaçar? Há outras possibilidades interpretativas, porém, aos sujeitos que dialogam, o sentido possivelmente mais evidente, já que fazem parte do mesmo grupo social e compartilham do conhecimento semântico das palavras, é confrontar o detento que está passando informação para que isso não continue a acontecer.

Ainda há o implícito no trecho “to te enviando essa baganinha só, porque no momento tá escasso, mas depois da visita vai melhorar e aí vou te fortalecer em grande estilo, to quebrando o que eu tenho contigo, fica firmão, se precisar de outra fita, liga aí, na boa”, pois vários questionamentos surgem a partir do uso das gírias e das lacunas.

Afinal, está enviando uma “baganinha” de quê? Algo proibido no sistema penitenciário, já que no outro cubículo estava escondido e foi retirado dos detentos depois da revista dos policiais/agentes. O que está “escasso”? Se pensarmos na mesma condição que “Doni” está, são drogas? O que vai melhorar depois da visita? A escassez do produto que foi apreendido de “Doni” e só “D – 1000” possui porque na revista não encontraram o “camuflado”? O que esse melhoramento tem a ver com “fortalecer”/ajudar o outro, se a visita é pessoal e produtos teoricamente não podem ser trocados entre detentos sem autorização dos responsáveis pela segurança? O que significa o “grande estilo” se, na condição de produção na qual estão, ser discreto é fundamental? Seria entregar uma porcentagem maior do que está sendo dividido com o outro? O que foi “quebrado”/dividido com o outro? Foi uma “baganinha”, uma pequena quantidade de quê? Qual a significação de “outra fita”? É a mesma que “baganinha” ou “outra” necessidade do receptor?

Dessa forma, fica evidente que há necessidade de conhecimentos dos discursos já produzidos ou ser um dos sujeitos que se comunica para que haja entendimento e, talvez, mesmo assim algumas lacunas sejam completadas de forma incoerente com a pensada pelo locutor, afinal toda lacuna é preenchida devido à condição de produção e às formações discursivas, as quais jamais são iguais às mesmas de ninguém, são próprias de cada sujeito e são mutáveis.

Sendo assim, a interpretação não depende apenas do conhecimento linguístico e semântico, mas, segundo Possenti, “A exigência de coerência vale tanto para formulações teóricas e metodológicas explícitas quanto para os ‘não-ditos’” (*in* BRAIT, 2012, p. 238), isto é, o que pode ser compreendido não depende apenas do que está no discurso, mas também do que pode ser percebido nos não ditos, nos implícitos que dependem do discurso produzido, da condição de produção e das formações discursivas de cada sujeito.

São as vozes que atravessam os sujeitos que permitem com que compreendam os discursos a eles proferidos. A partir dos atravessamentos sócio-históricos, a interpretação é possível, uma vez que toda compreensão depende diretamente do conhecimento vocabular, social e histórico em que o discurso foi proferido, pois só com os atravessamentos/conhecimentos do receptor é que as lacunas existentes nos “pipos”

serão preenchidas coerentemente. São essas vozes que demonstram a posição do sujeito na condição de produção na qual está inserido/atuando. Assim como os detentos alteram os discursos quando devem ser direcionados aos não encarcerados, ou seja, assumem posições distintas para produções discursivas distintas.

O enunciador usa também operadores argumentativos¹⁰, possivelmente de forma inconsciente, para estabelecer relação argumentativa entre os ditos e os não ditos, pois, conforme Amossy (2018, p. 184), “O dito e o não dito se inscrevem em enunciados que podem se desenvolver na argumentação somente com a ajuda de ferramentas de ligação: os conectores”, sendo assim, esses conectores funcionam de formas distintas dentro dos discursos, pois agem como operadores argumentativos e ressaltam a posição sujeito assumida pelo apenado.

O detento usa o “porque” para explicar o motivo pelo qual está enviando só uma “baganinha¹¹”/um pouco de algo, podendo se referir a um pouco de cigarro, ou também a um pouco de qualquer outra droga, ilícita ou não, já que as palavras são atravessadas de sentidos, de vozes que alteram/adaptam suas significações. Usa a conjunção adversativa “mas” para ressaltar que, depois da visita, conseguirá fortalecê-lo, contrapondo a impossibilidade de não poder ajudar mais naquele momento. A conjunção subordinativa condicional “se” para salientar que, caso precise novamente de algo, apesar de estar escasso, é para avisá-lo, juntamente com a expressão “de boa”, ressaltando que pode pedir sem preocupação.

Também notamos que não há grande preocupação em ocultar o assunto no “pipo”, porque a palavra “baganinha” é utilizada explicitamente no discurso. Tendo como referência que, na penitenciária, legislativamente, drogas são proibidas, podemos inferir que, apesar disso, o sujeito não possui restrição em usá-lo em seu “pipo”, por ser, talvez, sabido que esse produto, cigarro, circula dentro da penitenciária.

A língua não é neutra, é argumentativa por natureza, é constituída por palavras argumentativas, sendo assim “O fato de se admitir a existência de relações retóricas ou

¹⁰ “**os operadores argumentativos**, responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva” (KOCH, 2011, p. 33), ou seja, servem como elementos de coesão dentro do discurso, além de também “guiar” as relações semânticas e argumentativas do locutor.

¹¹ A palavra “bagana” possui vários sentidos, porém os dois que se encaixam no sentido do “pipo” demonstrado são referentes a cigarro já fumado, e o outro referente a algo de pouca qualidade.

argumentativas inscritas na própria língua é que leva a postular a argumentação como um ato linguístico fundamental” (KOCH, 2011, p. 106).

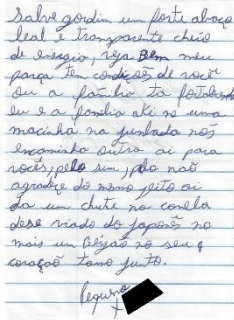
Além disso, no trecho “[...] depois da visita vai melhorar e aí vou te fortalecer em grande estilo [...]”, evidenciamos que, se vai melhorar algo, a condição atual de “D – 1000” não está boa, ou tão boa, porém, após a visita, a situação melhorará em relação ao que compartilhava com “Doni”, teria mais “produto” para dividir com “Doni” e fortalecer sua condição de escassez, fornecendo mais que uma “baganinha” de algo, assim sendo, essa é uma das interpretações possíveis a partir do discurso proferido, a condição de produção na qual foi produzido e completando as lacunas não sendo o receptor específico, ou seja, os discursos possuem lacunas que são completadas pelos sujeitos de formas distintas, já que as formações discursivas são distintas de um sujeito para outro. Dijk (2017, p. 55) ressalta que:

[...] os discursos, simplesmente, não “têm” significados, mas que tais significados são atribuídos a eles, pelos usuários da língua [...] em interação e contextos determinados.

Dessa forma, os detentos assumem posições distintas de acordo com os receptores específicos com os quais precisam estabelecer comunicação explícita ou implícita, sempre se adequando aos fatores discursivos determinados pela situação na qual se encontram, de forma a se enquadrarem na condição de produção na qual estão em momentos específicos e definindo, a partir das FDs, como o discurso deve ser constituído.

Salientamos que os discursos são originalmente argumentativos e produzidos de forma a serem enquadrados na condição de produção que o locutor e o alocutário encontram-se. O próximo “pipo”, também trocado de detento para detento, demonstra a necessidade de adequar o discurso e assumir a posição sujeito naquele momento.

TRANSCRIÇÃO DO “PIPO” II



Salve gordim um forte abraço
leal e transparente cheio
de energia, seja bem meu
parça tem condições de você
ou a família tá fortalecendo
eu e a família aki né uma
macinha na junbada nós
encaminha outro ai para
você, pelo sim, pelo não agradeço
do mesmo jeito ai da um chute
na canela dese viado do japonês
no mais um Beijão no seu
(rasura) coração. tamó junto.

Pequeno
X [...].

Salve gordim um forte abraço leal e transparente cheio de energia, veja bem meu parça tem condições de você e a família tá fortalecendo eu e a família aki né uma macinha na junbada nós encaminha outro ai para você, pelo sim, pelo não agradeço do mesmo jeito ai da um chute na canela dese viado do japonês no mais um Beijão no seu (rasura) coração. tamó junto.

Pequeno
X [...].

Afirmamos que, no sistema penitenciário, os “pipos” trocados pelos detentos são repletos de não ditos, isso ocasiona uma ampla variedade de sentidos, afinal, todo sujeito é composto por vozes que perpassam o tempo e ressignificam os sentidos, pois o sentido, assim como as vozes, é histórico e é constituído pela contraposição de outras vozes na realidade, sempre sendo alterado de acordo com o receptor do discurso proferido.

O “pipo” II, assim como o primeiro, foi usado para troca de informações entre os detentos e isso possibilita que percebamos alguns usos de expressões comuns, como palavras que retratam intimidade e respeito, cortesia do locutor com seu alocutário. A palavra “Salve” é usada por “Pequeno” para demonstrar saudação ao seu receptor. Além dela, o discurso é seguido com a palavra “parça”, significando parceiro e ressaltando a cumplicidade de ambos.

Notamos que, após o vocativo, o sujeito produtor segue com a expressão “um forte abraço leal e transparente cheio de energia”. Tal expressão possibilita várias vertentes interpretativas. Iniciaremos com o trecho “forte abraço”, o que não demonstra apenas a afeição entre os sujeitos, mas a intensidade da relação naquele contexto. Além disso, são usados mais dois adjetivos para caracterizar o “forte abraço”: leal e transparente.

O locutor usa um “forte abraço leal”, possivelmente, para demonstrar o quão são fiéis um ao outro. Pensando pela condição de produção na qual estão inseridos e no estereótipo social de que detentos não são de confiança, o sujeito provavelmente usa a palavra “leal” para demonstrar que o “gordim” pode ficar tranquilo, que não há falsidade entre eles.

Ainda temos o adjetivo “transparente”. Outro termo que possibilita muitas vertentes, pois, se há necessidade de ressaltar a transparência de um abraço, é possível que haja muita falsidade entre os detentos, de forma a darem abraços sem lealdade e não transparentes – vistos aqui como falsos. Devido ao ambiente no qual estão habitando, abordamos que confiança e desconfiança são elementos fundadores dessa sociedade, tanto entre os detentos quanto entre os funcionários.

O sujeito prossegue falando, ainda, que é um abraço “cheio de energia”, talvez, para demonstrar empatia pelo alocutário, e, pensando na constituição do sistema penitenciário, em como os apenados são submissos a todo poder superior a eles, abordando que energia para resistir é importante.

Notamos que o termo família é socialmente usado para tratar, normalmente, pessoas do mesmo sangue, porém, no “pipo”, “Pequeno” utiliza-o de forma distinta no trecho “tem condições de você ou a família ta fortalecendo eu e a família aki”. Na sociedade encarcerada, os detentos passam a identificar-se como família quando dividem a mesma cela, provavelmente por viverem juntos a todo momento, dividirem “quarto”, “sala” e banheiro. Dessa forma, há uma alteração/adição do conceito família para o sujeito quando adentra o sistema penitenciário. Ressalta que pode ser o “gordim” em específico que pode ajudá-lo e os integrantes da cela, assim como qualquer outro integrante da cela do “gordim”, não importa, pois ambos estão em família e há preocupação até em devolver o que se pede, como ressalta “nós encaminha outro ai para vocês”.

Há ainda outra possibilidade. Muitos detentos não possuem mais contato com suas famílias de origem e, devido a isso, não há ninguém que leve alimentos, roupas... para eles. Não é incomum que um detento dependa da boa vontade da família de outro para que o ajude. Dessa forma, quando cita “você ou a família”, pode referir-se aos integrantes da cela, mais comum, ou à família de sangue ou externa, como mãe, esposa, entre outros.

Uma das gírias presentes nesse “pipo” é “macinhaa qual, dependendo de quem intercepte a mensagem, a interpretação torna-se mais difícil, pois há necessidade de conhecer “o significado” e a condição de produção em que ela é usada, para que haja significação. Além disso, o termo “macinha” pode ter uma amplitude de significados e

origem de adaptação, podendo ser, por exemplo, algum material para cobrir furos na parede que escondem objetos proibidos nas celas, representando, talvez, a massa corrida, material para acabamento em construções, como também pode possuir referência à massa de modelar infantil, usada para o ensino de crianças para treinar a coordenação, mas, nesse caso, modelar da forma que desejar.

Já o termo “junbada” é usado para denominar as marmitas que os detentos recebem no almoço e na janta, assim como também denomina as sacolas que são entregues na penitenciária contendo comidas e materiais de higiene, nesse caso, significação socialmente “correta” pelo dicionário. A atribuição do termo para as marmitas pode ter se dado porque, nas entregas das refeições, algumas vezes, as marmitas são entregues juntamente com a salada, em sacolas. A marmita, dependendo dos apenados, também é denominada de “tamarana”, nomenclatura atribuída pelos próprios detentos, pois, na penitenciária em questão, um dos apenados era da cidade de Tamarana, apelido atribuído a ele, e responsável pela entrega do almoço e da janta, o que fez o apelido também servir para denominar as marmitas, termo ainda usado, apesar do detento já não se encontrar retido no local.

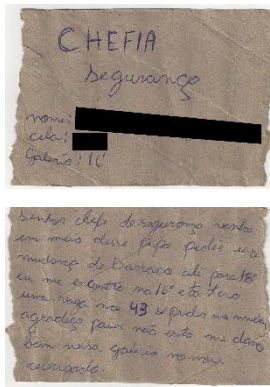
A compreensão entre os detentos é outro fator a ser ressaltado, pois, entre os apenados, devido à situação de escassez de vários objetos, um sempre tenta ajudar o outro que tem mais intimidade como pode, sendo assim, caso um não possa ajudar o outro, o solicitante compreende que não é por má vontade, mas por não conseguir naquele momento, assim como mostra em “pelo sim, pelo não, agradeço do mesmo jeito”.

O trecho “da um chute na canela dese viado do japonês” pode demonstrar intimidade com o sujeito determinado como “japonês”, pois, na penitenciária, a violência não é bem vista, por mais contraditória que seja essa informação, baseada nos estereótipos e histórico de violência dos detentos. Eles veem-se como família, ou seja, apesar de discussões, o respeito é tomado como base da relação nessa sociedade, excluindo qualquer tipo de violência, desde que não seja merecida e/ou aprovada pela maioria. Além disso, o termo “viado” demonstra possível intimidade entre o “Pequeno” e o “japonês”, já que o homossexual não é bem visto nessa condição de produção e, se essa referência for feita sem intimidade ou com pessoas que não aceitam essa

denominação, a falta de respeito é demonstrada e conflitos podem ser gerados, pois, segundo Goffman (2015, p. 31), “Nas prisões, a negação de oportunidades para relações heterossexuais pode provocar o medo de perda da masculinidade”.

Ao fim, “Pequeno” retoma o sentimentalismo e a cumplicidade que iniciou o “pipo”, deixando ao seu alocutário “um Beijo no coração” e ressaltando que estão juntos para qualquer situação (“tamo junto”). Essa forma de despedida reforça a intensidade da relação entre os sujeitos, já que vocábulos com significações sentimentais são tão usados e significativos na penitenciária.

Ressaltamos que a penitenciária é um lugar composto por jogos de poderes que se estabelecem de várias formas, pela força ou pela palavra. Assim, como os detentos não possuem a possibilidade da força por serem submissos a todo sistema que os comanda, pois os funcionários estabelecem horários para todos seus afazeres, tanto como o que pode ou não ser feito, uma das formas de demonstração de poder dos detentos é pela linguagem nos “pipos”, porque, quando encaminhados aos setores constituintes da penitenciária, o vocabulário difere-se do usado na troca de mensagem de detento para detento. Acham que, se não usarem a linguagem mais próxima da formal, não serão atendidos/vistos pelos destinatários, como demonstram os “pipos” a seguir.



TRANSCRIÇÃO DO “PIPO” III

CHEFIA
Segurança
nome: [...]
cela: [...]
Galeria: [...]

Senhor chefe de segurança venho em meio desse pipo pedir uma mudança de Barraco ali para 18ª eu me encontro na 16ª e ta teno. uma vaga no 43 se puder me mudar agradeço, pois não esto me dano bem nessa galeria no mais obrigado.

O “pipo” III é direcionado para um dos setores constituintes da penitenciária, por esse motivo o detento tenta ao máximo se adequar à norma padrão da língua portuguesa, mesmo que o conhecimento e a formação que obteve tanto fora quanto dentro da penitenciária tenham sido precários ou inconclusivos.

O apenado encaminha seu texto ao “CHEFIA / Segurança”, mas por qual motivo ele não encaminha ao chefe de segurança especificamente? Uma prática muito comum dentro da penitenciária, quando um detento encaminha um “pipo” a algum setor administrativo, é, ao invés de especificar o receptor, direcioná-lo ao setor diretamente, pois, assim, qualquer sujeito integrante/responsável daqueles afazeres pode receber o “pipo”, aumentando o número de possibilidades de leitores, se esse setor possuir mais de um membro, ou seja, as possibilidades de ser atendido multiplicam-se conforme o número de funcionários, teoricamente.

Outro motivo é a falta de conhecimento do nome da pessoa que integra aquele setor, pois, muitas vezes, o detento não teve contato com tal pessoa ou os integrantes do setor foram transferidos de estabelecimento, ocuparam outros cargos... e os detentos não conhecem seus nomes. Não saber o nome dos integrantes dos setores é bem comum na penitenciária, pois, apesar de passarem por uma triagem, raramente possuem contato direto com os funcionários e os nomes próprios deles passam a ser conhecidos apenas por discursos trocados entre os próprios detentos.

O detento, diferentemente de quando um “pipo” é encaminhado a outro detento, não o inicia com uma saudação de proximidade, mas, nesse caso, com o pronome de tratamento “Senhor”, a fim de seguir um padrão de textos formais, de demonstrar respeito ou porque “[...] muitas vezes, os internados são obrigados a, em sua interação social com a equipe diretora, apresentar atos verbais de deferência – por exemplo, dizendo ‘senhor’ a todo momento” (GOFFMAN, 2015, p. 30).

Os apenados também são obrigados a chamar qualquer pessoa que não seja apenada, funcionários da instituição ou prestadores de serviço, de “senhor” ou “senhora”, como forma de respeito, ou submissão, talvez, já que o encarcerado pode ser obrigado tanto a manter posições humilhantes, como a cabeça abaixada nos corredores, como darem respostas verbais também humilhantes.

Essa forma de tratamento faz a memória discursiva referente ao tratamento entre os integrantes do exército/quartel ser “acionada”, como demonstração de autoridade, hierarquia. Um soldado, assim que adentra ao exército, precisa chamar qualquer um pertencente a uma patente acima dele de “senhor”, demonstrando respeito, respeitando às regras e a relação de poder que há na sociedade, sendo submisso.

O vocativo é transcrito como “Senhor chefe de segurança”, ressaltando o que já afirmamos, que essa expressão pode ser usada pela falta de conhecimento do nome próprio do receptor a quem é destinado o texto ou para abranger as possibilidades de receptores, uma vez que os “pipos” são divididos entre os integrantes dos setores para serem respondidos ou não.

Continua o discurso com uma prática muito comum em documentos formais, como cartas e relatórios, “venho em meio desse” (venho por meio desse). Essa expressão é comum em documentos formais e oficiais como forma pertencente a determinados discursos nos quais algo será pedido ou avisado.

O detento ainda usa o verbo “pedir” para solicitar a mudança de moradia. Tal verbo pode ter sido escolhido ao acaso, assim como pode ter sido pensado como forma de demonstrar um pedido, um desejo, demonstrando humildade e reforçando que é apenas um pedido ou por estar enraizado em suas formações discursivas, de forma que o máximo que eles podem fazer é “pedir” e talvez serão atendidos, afinal, uma das formas de demonstrar poder sobre os detentos é inferiorizá-lo, imposto a eles, como cita Goffman (2015, p. 30) “a necessidade de pedir, importunar, ou humildemente pedir algumas coisas pequenas – por exemplo, fogo para o cigarro, um copo d’água ou permissão para usar o telefone”. No caso da penitenciária, o cigarro é proibido, mas, dependendo da situação, há necessidade de pedir água, ir ao banheiro, permissão para falar, entre outras possibilidades. Além disso,

Alguns lexemas, quer se trate de verbos, substantivo ou adjetivos, têm em si valor axiológico (eles implicam em julgamento de valor). Ao manifestar a inscrição da subjetividade na linguagem, logo de início conferem ao enunciado uma orientação argumentativa (AMOSSY, 2018, p. 174).

A demonstração de conhecimento do sistema penitenciário é incrível, pois o pedido baseia-se na mudança da galeria 16^a, na qual está alojado até o momento, para a galeria 18^a, especificamente no cubículo 43. Ressaltamos que a comunicação entre detentos é proibida em determinados contextos e com funcionários só é possível quando autorizada pelos próprios funcionários, sendo assim, como o detento sabe tão

especificamente a galeria e o cubículo em que há uma vaga para que outro detento seja alojado naquele lugar?

É fato que a comunicação é restrita em sua maior parte no sistema penitenciário, também é fato que o sujeito, assim como a língua, é mutável e adequa-se ao ambiente em que habita, desenvolvendo formas para sobreviver e viver, como já demonstramos no desenvolvimento das formas comunicativas. Sendo assim, a informação da possibilidade de uma vaga pode ter sido tanto passada pelos detentos da galeria 18ª como por funcionários que a possuíam, assim como por “pipos”.

Interessante notar o trecho “se puder me muda agradeço”, pois, a partir do uso da conjunção subordinativa condicional, provavelmente de forma inconsciente, o detento ressalta que agradece ao funcionário se puder mudá-lo de cubículo, demonstrando o sentimentalismo ou apenas uma posição de gratidão para que seja atendido.

Além disso, o pedido segue de uma breve explicação, a qual deixa várias possibilidades interpretativas, já que afirma que “não esto me dano bem nessa galeria”. Usando a conjunção explicativa “pois”, o apenado afirma que não é bem recebido na galeria ou que ele não possui afinidade com os integrantes e tais situações podem desencadear diversos acontecimentos imprevistos no sistema prisional. Dessa forma, os sentidos ficam à deriva, já que o motivo específico não é citado, por falta de espaço no “pipo”, ou não escolha, ou para não denunciar nenhuma condição, ou outro apenado. Devido a essa lacuna, vários questionamentos são possíveis: será que não está confraternizando com os integrantes da galeria e não do seu cubículo, pois, se for isso, há conflitos apenas nos momentos do pátio de sol, quando toda galeria é unida; será que se refere à toda galeria, inclusive os integrantes do seu cubículo, pois, caso seja isso, a situação de desconforto e confronto é constante. Pode também ter usado essa afirmação apenas como argumento para mudança de localização, sendo ela falsa e, assim, ele assume a posição de quem quer evitar conflito mudando de galeria, talvez.

Além disso, há vários outros motivos para solicitar a mudança de galeria, como ficar perto de parentes, de pessoas conhecidas da sociedade antes de serem presos, pelo dia de visita que aquela galeria tem pré-estipulado, entre outros.

O “pipo” é encerrado com “no mais obrigado”. Ressaltamos a necessidade de submissão dos detentos aos funcionários, já que o comando do cotidiano de cada um depende, principalmente, do setor de segurança, por fazerem toda realocação. Sendo assim, o apenado agradece pelos outros pedidos já atendidos ou apenas quer ressaltar que agradece por tudo que o chefe de segurança faz cotidianamente, ou ainda, usa o agradecimento como recurso argumentativo afetivo/respeitoso para tentar convencer o funcionário a atender sua solicitação.

Reforçamos que, apesar dos vários erros gramaticais – palavras escritas erradas, falta de acentuação e pontuação – o encarcerado faz uso de apenas uma gíria, a palavra “Barraco”, a qual é usada com constância nesse meio, muito mais que cubículo que é usada apenas em situações mais formais, isso faz que a adequação ao vocabulário formal seja buscada, já que seu alocutário não é um detento, mas um funcionário, havendo a necessidade de “criar” um *ethos*, mesmo que falso, em seu receptor para que a argumentação seja mais eficaz devido à identificação/proximidade linguística entre os sujeitos. Aliás, Maingueneau (2019, p. 13) ressalta: “A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”.

A mutabilidade de situações, de condições de produção, faz que os apenados assumam várias posições distintas, de acordo com seus interlocutores, para que seja visto, para que seja atendido, para demonstrar que tem conhecimento do que está falando, como a disponibilidade de uma vaga específica, para ressaltar que há possibilidade de mudança, para se enquadrar (tentar) no grupo social que o chefe de segurança faz parte.

Um detento, ao alterar a condição de produção na qual está, ou imagina estar, altera também a forma de pensar, pois, como afirma Fernandes (2007, p. 35), “A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico”. Com isso, o apenado estabelece conexões entre suas formações discursivas para se adequar da melhor forma possível ao momento enunciativo, ou seja, quando muda seu receptor de “chefe de segurança” para outro funcionário, de cargo distinto, altera seu discurso.

TRANSCRIÇÃO DO “PIPO” IV

PESSOAS EM [REDACTED]
 VENDO UMA VEZ [REDACTED]
 SE DIA UMA ATENÇÃO SEI [REDACTED]
 MINHA FAMÍLIA É DE ANDIRA E
 MINHA MULHER É DE ANDIRA E
 TRABALHA DE SEGUNDA A
 SEGUNDA E PARA DIA DE SABADO
 3 HORAS DA TARDE POR ISSO
 PESSO UMA ATENÇÃO PARA FAZER
 UMA MUDANÇA PARA 16, 18,
 OU 22, 24 POR FAVOR ME DA
 UMA ATENÇÃO O SEU [...] DA
 ESSA ATENÇÃO, MINHA FAMÍLIA É
 POBRE, SÓ VOU TER VISITA 2
 VEZES POR MÊS, SEI QUE DEUS
 VAI TOCAR NO SEU CORAÇÃO
 9.9.2013
snals e construiu a sua asphabiosafia

(rasura) Eu [...] venho através desas umildes palavras pedir uma atenção, senhor [...] minha família é de andira e minha mulhe corta cana e ela trabalha de segunda a segunda e para dia de sabado 3 horas da tarde por isso pesso uma atenção para fazer uma (rasura) mudança para , 16, 18, ou 22, 24 por favor me da uma atenção o seu [...] da essa atenção, minha familia é pobre, só vou ter visita 2 vezes por mes, sei que deus vai tocar no seu coração
9.9.2013

A adequação discursiva e linguística que os detentos fazem ao se referirem a interlocutores distintos é constante. Veem a necessidade de se enquadrarem a toda condição de produção para que sejam vistos, atendidos. Dessa forma há, mesmo que de forma inconsciente, adequação tanto vocabular quanto de posicionamento social. Como Althusser (1980, p. 10 – 11) afirma que toda “formação social revela um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção põe em movimento forças produtivas existentes em (*dans et sous*) relações de produção definidas”.

No “pipo” IV, fica evidente a falta de conhecimento das normas da língua portuguesa do apenado, pois não faz uso de pontuação, nem de acentuação corretamente e também não tem conhecimento da grafia correta das palavras, porém tais fatores são irrelevantes para nós, já que nos baseamos na posição sujeito assumida pelos detentos ao produzirem discursos para receptores distintos e na tentativa de estabelecer uma imagem, um *ethos*, distinto do estabelecido socialmente para detentos, assim como nas formas argumentativas.

O sujeito que produziu o “pipo” IV escreveu-o no modelo de declaração, fazendo uso do pronome pessoal em primeira pessoa do singular, depois se identificando e continua com “venho por meio desas umildes palavras pedir uma atenção”. Reforçamos que os detentos possuem consciência de que a penitenciária é composta por jogos de poderes, na qual a hierarquia prevalece, dessa forma, adequam-se à condição de produção momentânea da qual fazem parte. Além de iniciar seu “pipo” com um modelo de documento formal, enquadrando-se à formação de seu receptor (um advogado cujo nome foi ocultado), coloca-se em posição de submisso e humilde, já que cita que suas palavras são “umildes”. Ainda, o apenado faz o uso do verbo pedir, também usado no “pipo” III, para tentar convencer (ou por imposição, ou por costume) o alocutário a

ajudá-lo, pois lhe pede apenas “uma atenção”. Será que se a atenção não for pedida os sujeitos não a terão? Será que fazem uso da palavra “uma” para limitar o número de pedidos ou ela é usada apenas de forma inconsciente e por não saberem o uso gramaticalmente correto, ou para ressaltar que só pedirá “uma”?

O pronome de tratamento “senhor” é usado como forma de respeito ou, assim como no “pipo” III, por serem, os detentos, obrigados a chamarem todos os funcionários de “senhor” e “senhora”, seguido do nome próprio do advogado, especificando a quem o discurso é direcionado. Esse direcionamento pode ocorrer por vários motivos, uma vez que a penitenciária não conta com apenas um advogado, por esse advogado já o ter atendido e tê-lo ajudado, pelos detentos e/ou agentes mencionarem que é a este nome que deve encaminhar o “pipo” para que seja atendido, ou por conhecer apenas esse nome de advogado, pois, quando não se conhece nome de nenhum ou quer encaminhar para o setor específico, os “pipos” são marcados com “setor advogado” ou “setor jurídico”.

O detento faz uso de recursos argumentativos para tentar convencer o advogado a ajudá-lo. Um desses recursos é a contextualização que faz da vida de sua família e como é complicada a sobrevivência. Ressalta que sua família é de Andirá, cidade distante da penitenciária e que a locomoção é difícil. Afirma a profissão de sua esposa, cortadora de cana, e como essa profissão exige que ela trabalhe de “segunda a segunda”, impossibilitando que ela possa visitá-lo qualquer dia da semana, além de especificar que ela trabalha sábado até as três horas da tarde, reforçando que, para que ela consiga visitá-lo, o horário de visita dele tem que ser sábado à tarde.

A penitenciária funciona com cronograma para tudo, horário de pátio, horário de aulas, horário de café da manhã, almoço e janta e horário de visita, o qual é definido pelo setor responsável pela segurança do presídio. Dessa forma, todas as galerias possuem dias e horários pré-estabelecidos para que os detentos habitantes delas possam ser visitados e para que os visitantes programem-se a esses horários. Isso justifica o pedido do detento para mudança de galeria, pois na 16, 18, 22 e 24 sua esposa conseguiria vê-lo com mais frequência, já que, teoricamente, os horários de visitas são distintos da galeria em que ele está. Com isso, ressaltamos que, apesar dos recursos comunicacionais serem escassos, o detento especifica exatamente para onde

deve ser realocado de forma que a visita seja mais frequente, praticamente instruindo o advogado ao que deve ser feito.

O apenado faz uso constante de termos apelativos, como “por favor” e a repetição de “me dá uma atenção”, para, talvez, tentar convencer o receptor a atender seu pedido, mas também pode estar “desesperado” a ponto de repetir várias vezes a apelação, possibilitando o entendimento de uma súplica, além de, é claro, estar assumindo uma posição, criando um *ethos* em seu alocutário, para que, a partir da imagem dele criada, o pedido seja atendido, atingindo as emoções do alocutário, pois, segundo Amossy (2018, p. 42), “Só as posições no campo e na luta contínua pela dominação explicam as escolhas discursivas”.

Pensando em estereótipos, o apenado ainda afirma que a família dele é pobre, ressaltando, a partir do lado financeiro, que a mulher não pode faltar em um dia de trabalho para visitá-lo, pois a escassez financeira não permite isso, de forma que a mudança de galeria e, automaticamente, dia de visita, favoreça a ele, à mulher e à família que manterá o salário integral. Dessa forma, há necessidade de abordarmos que uma família pobre é vista como sem condições de sobrevivência e/ou com condições precárias, precisando da ajuda de terceiros para viver dignamente, imagem ressaltada pelo sujeito como fictícia ou factual, mas de forma argumentativa.

A partir da posição que o sujeito assume ao produzir seu “pipo”, Amossy (2018, p. 120) salienta:

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos. É assim com o sermão, com a entrevista coletiva, com o poema; enfim, **com todas as formas de discurso que circulam em uma sociedade** (grifo nosso).

Com isso, a posição assumida pelo sujeito, ao expressar seu discurso, descrevendo características familiares, faz que crie um *ethos* em seu receptor para que saliente a necessidade do que é pedido.

O apenado, apesar da falta de pontuação, faz uso de uma interjeição juntamente com o vocativo, possivelmente para simular uma interação verbal física, quando cita “o

seu [...] da essa atensão”, de forma a estar realmente tentando atingir seu receptor com esse recurso ou simplesmente expressar, em seu discurso, as emoções do momento.

Como último recurso argumentativo e acreditando que a maioria das pessoas acreditam e seguem Deus, o apenado, de forma inconsciente, tenta despertar, em vários momentos, assim como neste, o *phatos* do receptor, que, segundo Amossy (2018, p. 206), “é o efeito emocional produzido no alocutário” para “melhorar” a persuasão. O detento apela para a emoção do advogado, mais uma vez, suas crenças e sentimentos, ressaltando que “sei que deus vai tocar no seu coração”, tentando atingir a “parte” do receptor que foi criada em uma sociedade formada por conceitos abstratos e que formam os sujeitos, a ideologia.

Considerações finais

Por meio deste trabalho, esperamos contribuir com o meio acadêmico em geral, mas, principalmente, com estudos relacionados à funcionalidade desse gênero discursivo específico, possibilitando reflexões interpretativas e possíveis explicações para alternância da posição sujeito, tratada aqui especificamente na prisão, mas em relação à interação social entre locutor(es) e alocutário(s). Para tanto, fizemos o uso de ferramentas interpretativas e argumentativas, tanto que levem em consideração as formações discursivas quanto as condições de produção, assim como aspectos linguísticos, como os operadores argumentativos.

Comprovamos que, apesar de toda dificuldade comunicativa que o sistema prisional ocasiona aos apenados, como proibição de interação verbal e/ou não verbal entre os detentos fora da cela, proibição de grupos de conversa no pátio de sol que passem de cinco integrantes, a falta de papel e caneta para escreverem “pipos”, a impossibilidade de serem atendidos pelos setores administrativos da penitenciária devido à falta de horários e também a quantidade de detentos que constituem a penitenciária, os detentos adaptam-se, como qualquer outro ser de linguagem, como ressalta Foucault (2000), às condições de produção nas quais estão presentes, assumindo posições discursivas distintas das que viviam quando não encarcerados. Aliás, a necessidade de adequação vocabular, de adquirir novas experiências, novas formações discursivas, faz que além de mostrarem como a linguagem é mutável, os seres humanos, os sujeitos, também são “flexíveis” linguística e ideologicamente e adaptáveis às condições de produção vividas.

Para apropriação de discursos distintos, os detentos possuem várias estratégias. Quando necessitam comunicar-se com outros detentos, a linguagem gíria é essencial, isso faz que, a partir de interação com os próprios detentos, em observações, leituras de “pipos” e cartas, diálogos trocados com outros sujeitos, passem a conhecer o vocabulário usado pelos apenados, assim, devido à linguagem utilizada para comunicação, em consonância com a deles, o apropriador do discurso mostra que também faz parte daquela sociedade, ou, pelo menos, que é capaz de fazer parte dela por meio do recurso discursivo, ou seja, interagir verbalmente de forma a ser coerente e

coeso, afinal, Amossy (2018, p. 142) ressalta que “[...] o ethos não é somente uma postura que manifesta o pertencimento a um grupo dominante, ele é uma imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes”.

Além disso, com o adentramento ao sistema penitenciário, o detento vê-se impossibilitado de interagir pessoalmente com alguns dos funcionários responsáveis pelas suas necessidades básicas. Sendo assim, necessita apropriar-se da linguagem formal (o mais próximo possível) e da utilidade do “pipo”, para que, por meio dessas apropriações, possa comunicar-se com os vários setores da penitenciária, encaminhando “pipos” ao setor de Segurança para requisitar mudança de cubículo; para o setor Pedagógico mostrando interesse em estudar e, assim, quando possível, ser matriculado no ensino regular ou ter cursos disponibilizados; para o setor Jurídico, solicitando pareceres sobre seu processo criminal ou instruindo os advogados em como agir de acordo com seu processo (muitos detentos, mesmo com pouca formação, adquirem muito conhecimento sobre o código penal, de forma a poderem contribuir com o advogado, citando até leis); para o setor de Assistência Social, pedindo contato com a família, entre várias outras possibilidades.

Ressaltamos que, a partir da análise dos “pipos”, para cada alocutário é usada uma linguagem distinta, com saudações diferentes, recursos argumentativos, níveis de intimidade, despedidas, entre outros fatores que comprovam que os apenados adaptam-se a cada receptor. Com isso, quando um “pipo” é encaminhado a um detento, contém gírias e lacunas a serem preenchidas por seus receptores, adaptando-se à linguagem e ao estilo de escrita comum entre apenados, assim como o uso contínuo de alcunhas, também para, assim como as gírias e lacunas, ocultarem o máximo de informações possíveis de receptores indesejados que podem causar conflitos e punições. Porém, quando um “pipo” é direcionado a pessoas concursadas, teoricamente mais cultas e com formação acadêmica, ou ensino básico completo, com quem devem manter contato a partir da linguagem mais formal possível, os discursos contêm muitas informações, sendo mais descritivos para que não fiquem dúvidas do que estão necessitando, contextualizando a situação do locutor para que o alocutário sinta algo, sentimentos, a ponto de responder o “pipo” ou atender ao pedido. Usam recursos apelativos e emotivos, referenciando família, religião e situação precária na

qual se encontram, tudo para se enquadrar à condição de produção que quer representar, de seu receptor.

Na análise dos discursos trocados entre apenados e profissionais da penitenciária, fica muito nítida a dificuldade que possuem para usar a linguagem escrita corretamente, pois os “pipos” contêm erros ortográficos, de acentuação e de pontuação. Também é evidente a tentativa de não usar gírias em seus discursos, evitam ao máximo o uso da linguagem coloquial na construção dos períodos, mas, mesmo com toda essa dificuldade, fazem-se coerentes em suas produções textuais, em seus discursos repletos de argumentatividade e demonstração de que, apesar da posição na qual se encontram, de encarcerados, podem, por meio da linguagem, comunicar-se com qualquer outro setor, estabelecendo, a partir de todas as vozes que formam seus discursos, comunicação e interação com seus receptores, além de, devido à mutabilidade e apropriação discursiva, demonstrar a ampliação discursiva que desenvolvem, afinal “O funcionamento de um discurso e sua influência dependem, então, do espaço social e institucional em que se efetua a interação (AMOSSY, 2018, p. 244).

Salientamos ainda a capacidade de os detentos comunicarem-se em um espaço no qual nem toda comunicação é aceita. Para tanto, citamos, como exemplo de afirmação, o “pipo” III, no qual, mesmo aprisionado e sem poder se comunicar com sujeitos de outros cubículos e galerias, o locutor possui a informação de que há uma vaga em outra cela, em outra galeria, possibilitando sua mudança de moradia, assim como demonstra para o chefe de segurança, sendo descritivo, argumentando e provando que possui saber suficiente para solicitar e instruir tal mudança.

Apenas o adentramento no sistema penitenciário possibilita que um detento, sem formação acadêmica completa e com vocabulário escasso, apreenda os discursos usados entre os apenados, afinal está em interação e tendo contato com determinados vocábulos a todo momento, porém, para comunicação com os funcionários, os detentos necessitam procurar detentos com maior formação ou vocabulário, perguntar palavras, sinônimos e significados, tanto para detentos como para agentes penitenciários, assistir à televisão, ouvir rádio, mas, principalmente, buscam, nos livros, a possibilidade de

ampliação vocabular, lendo para, além de distração e conhecimento literário, apreensão vocabular para usarem nos “pipos” para “autoridades”.

Apesar de todos os fatores adversos em relação ao desenvolvimento discursivo dos apenados, eles, de forma surpreendente, apropriam-se dos discursos dominantes, vistos aqui não como apenas um, a norma culta, mas como todos que variam e dominam uma determinada classe, afinal, cada grupo possui uma forma de expressão diferente que identifica seus integrantes, como afirma Horton e Hunt (1980) e Preti (2016), para que a comunicação discursiva e a demonstração de poder-saber sejam possíveis em variadas condições de produção.

Ressaltemos a criação do “pipo” (nome inspirado no brinquedo infantil pipa) como adequação dos apenados para “bular” a regra do silêncio inicialmente, depois como os “pipos” tornaram-se forma efetiva de comunicação dentro do sistema penitenciário, mesmo sendo proibida, porém, como agora é destinado a diversos receptores distintos, os apenados continuam a se adequar, principalmente em vocabulário, ou seja, como ressalta Palmieri (2017, p. 54),

o desenvolvimento discursivo é de ordem sociocultural e dá-se em função da inserção dos sujeitos em eventos de escrita e diálogos significativos, como no acesso dos presos aos setores responsáveis por sua situação; a comunicação com a pessoa determinada pode ser feita de várias formas, se não da forma convencional, de outras formas, criadas para suprir necessidades específicas.

Dessa forma, salientamos que toda essa apropriação e adequação dos sujeitos encarcerados não apenas vocabular, mas ressaltamos que, para revelar uma formação discursiva, o sujeito apreende toda relação de poder daquele meio, em condições de produções distintas, com regras determinadas socialmente (socialmente aqui deve ser abordado como grupo de pessoas que estabelecem comunicação para interação a partir da língua); sendo assim, toda essa apropriação é para que eles se enquadrem dentro das condições de produção que são expostos dentro do sistema penitenciário e assim consigam superar os obstáculos comunicacionais postos em “seus caminhos”, como a imposição do silêncio, a impossibilidade de encontros pessoais com profissionais do sistema prisional, a dificuldade em solicitar atendimentos médicos, até

a superação do preconceito com vocabulários não pertencentes ao estereotipado poder, superioridade, que a norma culta da língua prevê para a sociedade.

Todas essas situações ocasionam uma mudança constante de vocabulários, principalmente focalizando no vocabulário gírio, afinal ele é criado para representar um grupo e impossibilitar ou dificultar que seres não pertencentes a esse grupo entendam-no, com isso os detentos alteram as gírias constantemente para dificultar a interpretação dos agentes, de forma que as adequações estão sempre em movimento para todos que fazem parte do sistema prisional, uma vez que a necessidade de interpretação é importantíssima para o entendimento de mensagens trocadas por sujeitos que devem estar em observação constante.

Ressaltamos ainda que a maleabilidade discursiva dá-se sempre e com isso as formações discursivas também se alteram, assim como o entendimento de cada expressão e/ou palavra pronunciada em condições de produção distintas, ou não, pois cada sujeito possui uma memória discursiva, a qual adere a significados que melhor se encaixem em suas experiências, ou seja, nenhum significado é igual, pois cada sujeito é composto por uma ideologia e formações discursivas distintas que proporcionam a flexibilidade significativa dos discursos frequentemente.

Concluimos, a partir de todas as observações, que os sujeitos apenas assumem posições discursivas distintas cotidianamente/frequentemente de forma a melhor se enquadrarem dentro da condição de produção na qual estão incluídos naquele momento, para que estabeleça uma conexão maior com seu receptor. Para que demonstrem, por meio dos vocábulos, poder ou participação ativa naquela interação e não como submissos, como são vistos os detentos por seus superiores. Para que criem uma imagem, um *ethos*, distinto do que seu receptor possui sobre ele, tanto detento quanto funcionário. Para que ajam como protagonistas da situação comunicativa, demonstrando saber sobre o que se aborda, para que consigam o que necessitam.

Vários são os motivos para assumirem posições sociais distintas a partir de seus discursos, mas ressaltamos que todo sujeito é atravessado por vozes que os constituem historicamente e essas vozes, mesmo sem percebermos, formam-nos dentro de uma condição de produção específica para sermos seres sociais, para sermos

Sujeitos, independentemente das imposições e possibilidades presenciadas. “A linguagem enquanto discurso é interação, é modo de produção social. Ela não é neutra e nem natural, por isso é lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 11).

Referências

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológico de estado: *nota sobre os aparelhos ideológicos do estado (AIE)*. Tradução de Water José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983,
- AMOSSY, Ruth (Org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANDRADE, Lédio Rosa de. *Direito Penal Diferenciado*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009. 2ª Ed.
- ASENSI, Felipe Dutra. O rosto que de desvanece na areia da praia: homem, conhecimento e direito em Michel Foucault. Paraná: *Revista Urutágua*. Abril/Maio/Junho/Julho. N. 9. 2006. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/009/09asensi.htm>> Acesso em: 01 de maio de 2016.
- ASSIS, Rafael Damaceno de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, v. 11. N. 39 out./dez. 2007. Disponível em: <<https://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/949>> Acesso em: 29 de novembro de 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV) (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva – vale a pena lutar por ela. In: *XXI Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo*. Campinas – SP. Estudos Linguísticos, 2004. P. 732 – 737.
- BARROS, Diana Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (orgs.). Dialogismo. Polifonia. Intertextualidade: *em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria do discurso: *fundamentos semióticos*. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.
- BECHARA, Evanildo. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D.L. P.; FIORIN, J. L (Orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.

BRAIT, Beth e SILVA, Maria C. Souza (organizadoras). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à Análise do discurso*. Campinas (SP) 2ª edição. Editora da UNICAMP, 2004.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Análise do Discurso: um itinerário histórico*. Língua, Literatura e Cultura em Diálogo. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

BRASIL, Maria Glauciria Mota. A Prisão no Discurso da Modernidade. Fortaleza: *Nomos*, v. 1, p. 221-234, 1989. Disponível em: <<http://www.uece.br/labvida/index.php/publicacoes/artigos/655-2015-12-09-21-40-40>> Acesso em: 05 de novembro de 2016.

BRITO, Diná Tereza de. O discurso jurídico. *Uma análise das vozes num processo-crime*. (UEL, UENP, FAFICOP E FACCREI). Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/o-discurso-juridico-uma-analise-das-vozes-num-processo-crime-dina.html>> Acesso em: 02 de dezembro de 2015.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, 3ª Ed.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo (SP): Brasiliense, 1981.

CORDEIRO, Isabel Cristina. Argumentação e leitura: uma relação de complementaridade. Londrina, 2007. Tese. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_70985aa5c19ceeddf8fd8f16f5411b19> Acesso em: 10 de junho de 2019.

COTRIM, Gilberto. *História para ensino médio – Brasil e geral – volume único*. São Paulo, Saraiva, 2002, 1ª Ed.

DEZERTO, Felipe Barbosa. Sujeito e sentido: uma reflexão teórica. *Revista Icarahy*. Ed. n.04 / outubro de 2010. Disponível em: <http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/4/dlingua/Felipe_Dezereto.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

DIJK, Teun Adrianus van. *Cognição, discurso e interação*. Org. e apresentação de Ingedore Villaça Koch. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DIJK, Teun Adrianus van. *Discurso e poder*. Org. de Judith Hoffnagel e Karina Falconi. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DIJK, Teun Adrianus van. Discurso e contexto: *uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DOMINUS, Manuel. A Carta de Pero Vaz de Caminha. *Carta a El Rei D.* São Paulo, 1963. Disponível em: <<http://culturabrasil.org/zip/carta.pdf>> Acesso em: 16 de agosto de 2015.

FERNANDES, Bruna Rafaela; RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto. O sistema carcerário brasileiro. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.3, p. 115135, 3º Trimestre de 2013. Disponível em: <<http://www.univali.br/ensino/graduacao/cejurps/cursos/direito/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientificaricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/884/bruna-e-luiz.pdf>> Acesso em: 09 de dezembro de 2015.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do discurso: *reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. 2ª edição. São Paulo (SP): Ática. 1990.

FIORIN, José Luiz. *Introdução aos pensamentos de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006, p. 60 – 76.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Ijuí: Fidene, 1973.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Tradução Vera L. Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 2013, 41ª Ed.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GRECO, Rogério. *Sistema Prisional: colapso atual e soluções alternativas*. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 2ª Ed.

GREGOLIN, M. R. V. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: *diálogos e duelos*. S. Carlos: Claraluz, 2004.

HORTON, Paul; HUNT, Chester. *Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

JERONYMO, Celina. Análise do discurso: as marcas do sujeito. *Revista Conteúdo*: Março, v. 1. N. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/view/13>> Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

KLEIMAN, A.B. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. In: CORREA, M. e BOCH, F. (Orgs.). *Ensino de Língua, Representação e Letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: *trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2017.

KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil no século XIX. São Paulo: *Lua Nova* – 68: 205-242, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a08n68.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

Lei Estadual Ordinária nº 17.329, de 8 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=08/10/2012&dataFinalEntrada=08/10/2012&numero=8814&search=17.329&diarioCodigo=3&submit=Localizar>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

MACHADO, Ana E. BERNAL. SOUZA, Ana P. dos Reis. SOUZA, Mariani C. de. Sistema penitenciário brasileiro – Origem, atualidade e exemplos funcionais. *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, v. 10, n. 10, 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/4789/4073>> Acesso em: 11 de dezembro de 2015.

MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar; OLIVEIRA, Esther Gomes de. O *ethos* (em)cena: a força argumentativa do humor. *Verbum – cadernos de pós-graduação* (ISSN 2316-3267), n. 3, p. 4-24, 2013

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes/Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Tradução de Márcio V. Barbosa & M. E. T. Lima. Belo Horizonte: UFMG. 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando Discursos Constituintes. *Revista do GELNE*, vol. 2, no. 2. Universidade Federal do Ceará, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931[www.revel.inf.br].

MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-27, jan./jun. 2007. Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAR). PARIS XII.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2009.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã de Karl Marx e Friedrich Engels*. Trad. Luiz Cláudio de C. e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (livro digitalizado)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCHUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: histórias e práticas*. Tradução Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MOTTA, Luiz Eduardo. O Conceito de Estado e Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas. In: EnAPG 2008, São Salvador. *Reconfiguração do Estado a partir de novas relações entre Estado, administração pública, mercado e sociedade*. Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Esther G/omes de. A argumentação na Antiguidade. *Signum* – Estudos da Linguagem, Londrina, v. 5, p. 213-225, dez. 2002. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3671/2962>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Argumentação: da Idade Média ao Século XX. *Signum – Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 7, n. 2., p. 109-131, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3916/3144>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: *perspectivas teóricas*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Gesto de leitura: *a história do discurso*. 2ª ed. Campinas. Ed. Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. As formas do silêncio: *no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise do Discurso: *princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes. (org.) 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e texto: *formação e circulação dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso em Análise: *Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas: Editora Pontes. 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Linguística?* São Paulo: Brasiliense, 2013.

OSAKABE, Hakira. *Argumentação e discurso político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PALMIERI, Rodolfo Iglezia. "Pipos": A comunicação na prisão e as práticas discursivas. Londrina, 2016. 63. *Monografia*. f.: il.

PAREDES, Cezinando Vieira. *A influência e o significado das tatuagens nos presos nas penitenciárias*. Curitiba: 2015. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_cezinando.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

PAVEAU, Marie-Anne. Linguagem e moral: *uma ética das virtudes discursivas*. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da UNUCAMP, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. e HAK, T. Por uma análise automática do discurso: *uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Jonas de A. Romualdo. Campinas: Unicamp, 1990. p. 311-318.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso – *uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: *estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 7. Ed. Campinas: Pontes, 2015.

PEREIRA, Dayane Caroline; OLIVEIRA, Esther Gomes de; MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar. O humor nas “tiras abençoadas: em busca dos sentidos. *Entretextos*, Londrina, v. 13, n. 1, p. 353-367, jan./jun. 2013.

PLANTIN, Christian. *L'argumentation*. Paris, Seuil, 1996.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Portaria conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.depen.gov.br/DEPEN/dispf/cgtp/PortariaRemioLeitura.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

POSSENTI, Sírio. Os limites do discurso: *ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: Criar, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

PRETI, D. O léxico na linguagem popular: a gíria. São Paulo: FFLCH, USP, 2002. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/02-1_0.pdf> Acesso em: 6 Junho 2016.

QUEIROZ, M. S. Representações Sociais: uma perspectiva multidisciplinar em pesquisa qualitativa". In: Rita Barradas Barata; Roberto Briceño León. (Org.). Doenças Endêmicas: *abordagens sociais, culturais e comportamentais*. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, v. 1, p. 27-46.

ROLIM, Rivail Carvalho. Políticas penais e os dilemas da construção de um estado de direito no Brasil. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro/Fevereiro/Março/Abril de 2012. V. 9. Ano IX. n. 1. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo_13_Rivail_Carvalho_Rolim.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2019.

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica*. Ensino médio: volume único. São Paulo: Nova Geração, 2005.

SILVA, Alex S. Alves da. Análise das gírias nas músicas do *RAP* brasileiro. Pará de Minas: FAPAM. 2013. Disponível em: <http://fapam.web797.kinghost.net/admin/monografiasnupe/arquivos/1042014204259AL_EX_SANDRO.pdf> Acesso em: 6 de junho de 2019.

SILVA, M. A. S. M. Sobre a Análise do Discurso. FATEC, Ourinhos, SP. Disponível em: <<http://186.217.160.122/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/30/54>> Acesso em: 18 novembro de 2019.

SILVA, Rosa Virginia Mattos de. O português são dois: *novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVEIRA, Paulo. Ideologia, indivíduo, sujeito. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, PUC, 1994.

SOARES, M. Letramento: *um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2009, 3ª Ed., 128p.

SOARES, M. Práticas de letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In: MARINHO, M. e CARVALHO, G.T. (Orgs.) *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. Conhecendo Análise de Discurso: *linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (1993). Português brasileiro: *uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP.

Anexos

Anexo I

PORTARIA CONJUNTA Nº 276, DE 20 DE JUNHO DE 2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

DOU de 22/06/2012 (nº 120, Seção 1, pág. 25)

Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL e o DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolvem:

Art. 1º - Instituir, no âmbito das Penitenciárias Federais, o Projeto "Remição pela Leitura", em atendimento ao disposto na Lei de Execuções Penais, no que tange à Assistência Educacional aos presos custodiados nas respectivas Penitenciárias Federais.

Parágrafo único - O referido Projeto poderá ser integrado a outros projetos de mesma natureza que venham a ser executados nas Penitenciárias Federais.

Art. 2º - O Projeto visa à possibilidade de remição da pena do custodiado em regime fechado, em conformidade com o disposto no artigo 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, alterado pela Lei 12.433/2011, de 29 de junho de 2011, concomitantemente com a Súmula 341 do STJ, com o Art. 3º, III da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação e com o Art. 3º, IV da Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o qual associa a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

Art. 3º - A participação do preso dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante 01 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais.

Parágrafo único - Tendo em vista a real efetivação do projeto, é necessário que haja nos acervos das Bibliotecas das Penitenciárias Federais, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a serem trabalhadas no projeto.

Art. 4º - Segundo o critério objetivo, o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para leitura de uma obra literária, apresentando ao final deste período uma resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 04 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras lidas e avaliadas, terá a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da Unidade.

Art. 5º - O critério subjetivo possui embasamento legal no artigo 126 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, equiparando-se ao trabalho intelectual, e considerar-se-á a fidedignidade e a clareza da resenha, sendo desconsideradas aquelas que não atenderem a esse pressuposto.

Art. 6º - O referido Projeto desenvolver-se-á de acordo com:

I- A seleção dos presos participantes e a orientação de suas atividades será feita pela equipe de tratamento penitenciário, sendo que a avaliação das resenhas elaboradas ficarão a cargo de comissão específica, a ser nomeada pelo Diretor de cada Penitenciária Federal e presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.

II- A comissão de que trata o inciso I do presente artigo será composta por servidores das Unidades Prisionais Federais - Especialistas em Assistência Penitenciária, Técnicos em Assistência Penitenciária, Agentes Penitenciários Federais e por servidores de instituições parceiras.

III- Podem participar do referido Projeto todos os presos da Unidade que tenham as competências de leitura e escrita necessárias para a execução das atividades referentes ao mesmo, principalmente aqueles que não estiverem sendo atendidos pela escola regular ou por outras oficinas/projetos extracurriculares.

IV- A avaliação das competências de que trata o inciso II do presente artigo ficará a cargo do(a) Pedagogo(a) da respectiva Unidade Penal Federal ou de servidor designado pelo presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.

V- O preso participante do Projeto receberá orientações para tal, preferencialmente, através de Oficinas de Leitura, sendo cientificado da necessidade de alcançar os objetivos propostos para que haja a concessão da remição de pena, a saber:

- a) ESTÉTICA: Respeitar parágrafo; não rasurar; respeitar margem; letra cursiva e legível;
- b) LIMITAÇÃO AO TEMA: Limitar-se a resenhar somente o conteúdo do livro, isto é, não citar assuntos alheios ao objetivo proposto;
- c) FIDEDIGNIDADE: proibição de resenhas que sejam consideradas como plágio.

VI- As Oficinas de Leitura, com vistas ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento da escrita como forma criativa de expressão, abrangerá um universo maior de participantes e será realizada pela equipe de tratamento penitenciário e possíveis colaboradores, em salas de aula ou oficinas de trabalho, em data previamente agendada junto a Divisão de Segurança e Disciplina.

VII- A Comissão organizadora do Projeto analisará os trabalhos produzidos, observando os aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz Federal da Execução de Penas de cada Estabelecimento Penal Federal, para que este decida sobre o aproveitamento a título de remição da pena, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena aos que alcançarem os objetivos propostos.

VIII- Aos integrantes da Comissão supracitada deverá ser dada ciência dos termos do Artigo 130, da Lei nº 7.210/84, acerca da possibilidade de constituição de crime por atestar com falsidade um pedido de remição de pena.

Art. 7º - A remição será aferida e declarada pelo juiz federal corregedor, ouvidos o Ministério Público Federal e a defesa.

§ 1º - A Direção da Penitenciária Federal encaminhará mensalmente ao juiz federal corregedor cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informação referente ao item de leitura de cada um deles, de acordo com o Art. 4º deste dispositivo.

§ 2º - Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal

AUGUSTO EDUARDO DE SOUSA ROSSINI - Diretor-Geral do Departamento

Anexo II**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA****DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II
GABINETE DA DIREÇÃO**Rod. João Alves da Rocha Loures, 5925, Gleba Ribeirão Cambé, CEP 86.109-990 – Londrina – Paraná
Fone (43) 3342-8687 – e-mail: depen-pel2@depen.pr.gov.br

Ofício nº 338/2018 - GD/PEL II

Londrina, 24 de abril de 2018.

Assunto: Autorização

Analisando a solicitação do Mestrando Rodolfo Iglezia, levando em consideração a análise da Pedagoga da Unidade a Sr.^a Miriam Medre Nóbrega, que julga importante a pesquisa proposta, e também o parecer favorável da DISED – Divisão de Segurança e Disciplina, autorizamos o acesso aos “pipos” (forma de linguagem dos presos dentro das unidades penais) para uso na elaboração da pesquisa acadêmica de dissertação do Mestrado para o PROGRAMA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - PPGEL.

Atenciosamente,


Reginaldo Peixoto
Diretor da PEL II

À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Ao Conselho de Ética
Londrina – PR